

# **PSICOLOGIA**

## **SOBRE O CONSERVADORISMO, O LIBERALISMO E O NEOLIBERALISMO**

Leconte de Lisle Coelho Junior

# **PSICOLOGIA**

## **SOBRE O CONSERVADORISMO, O LIBERALISMO E O NEOLIBERALISMO**

Leconte de Lisle Coelho Junior

**2021 - Editora Ampla**

**Copyright do Texto** © 2021 Leconte de Lisle Coelho Junior

**Copyright da Edição** © 2021 Editora Ampla

**Editor Chefe:** Leonardo Pereira Tavares

**Design da Capa:** Editora Ampla

**Diagramação:** Higor Costa de Brito

**Revisão:** Alexandra Assep

**Psicologia: sobre o conservadorismo, o liberalismo e o neoliberalismo** está licenciado sob CC BY 4.0.



Esta licença exige que as reutilizações deem crédito ao criador. Ele permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e construam o material em qualquer meio ou formato, mesmo para fins comerciais.

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, não representando a posição oficial da Editora Ampla. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Todos os direitos para esta edição foram cedidos à Editora Ampla.

**ISBN: 978-65-88332-62-7**

**DOI: 10.51859/ampla.psc627.1121-0**

**Editora Ampla**

Campina Grande – PB – Brasil  
contato@ampllaeditora.com.br  
www.ampllaeditora.com.br

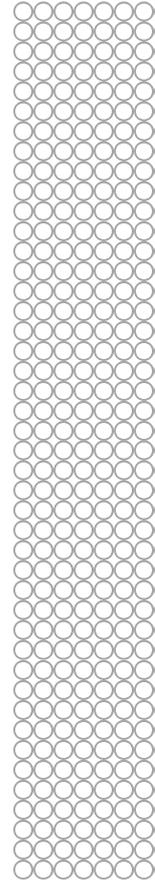
## CONSELHO EDITORIAL

Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará  
Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará  
Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia  
Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista  
Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande  
Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires  
Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas  
Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará  
Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande  
Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba  
Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais  
Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano  
Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí  
Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará  
Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador  
Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará  
Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura  
Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande  
Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas  
Italan Carneiro Bezerra – Instituto Federal da Paraíba

Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará  
Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas  
João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina  
João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas  
João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo  
Joilson Silva de Sousa – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba  
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife  
Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará  
Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia  
Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador  
Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará  
Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário  
Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão  
Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central  
Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande  
Marcelo Alves Pereira Eufrazio – Centro Universitário Unifacisa  
Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará  
Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz  
Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia  
Marina Magalhães de Morais – Universidade Federal de Campina Grande  
Michele Antunes – Universidade Feevale

Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Natan Galves Santana – Universidade Paranaense  
Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso  
Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia  
Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão  
Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos  
Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará  
Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras  
Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns  
Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará  
Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande

Sabrynna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais  
Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará  
Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia  
Silvana Carloto Andres – Universidade Federal de Santa Maria  
Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca  
Tatiana Paschoalette Rodrigues Bachur – Universidade Estadual do Ceará  
Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba  
Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras  
Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology  
Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande  
Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima  
Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande  
Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz  
Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande



**2021 - Editora Ampla**

**Copyright do Texto** © 2021 Leconte de Lisle Coelho Junior

**Copyright da Edição** © 2021 Editora Ampla

**Editor Chefe:** Leonardo Pereira Tavares

**Design da Capa:** Editora Ampla

**Diagramação:** Higor Costa de Brito

**Revisão:** Alexandra Assep

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Coelho Junior, Leconte de Lisle  
Psicologia [livro eletrônico]: sobre o  
conservadorismo, o liberalismo e o neoliberalismo /  
Leconte de Lisle Coelho Junior. -- Campina Grande :  
Editora Ampla, 2021.

80 p.

Formato: PDF

ISBN: 978-65-88332-62-7

1. Ideologia política. 2. Espectro político.
3. Direi (Ciência política). I. Título.

CDD-320.5

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213

**(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)**

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Política : Ideologia política 320.5

**Editora Ampla**

Campina Grande - PB - Brasil

contato@ampllaeditora.com.br

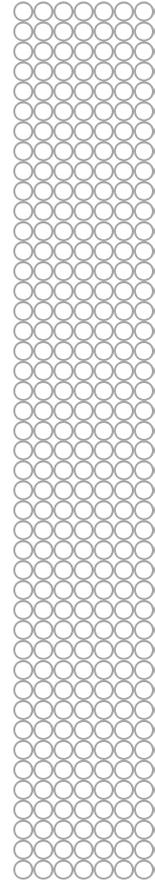
www.ampllaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro tem este objetivo, a exposição apurada sobre as ideologias de direita, mas que permite ao leitor suas considerações pessoais como aquelas que realmente são as que importam. Portanto, estes escritos se referem às origens, ascensões, predominâncias e consequências das ideologias de espectro político à direita, sem se posicionar contra uma ou favorecendo outras. É a capacidade de permitir a discussão que viabiliza a diversidade das argumentações, os muitos olhares sobre um determinado tema ou problemática. Embora propositalmente a exposição aqui não esgote o assunto, esta análise teórica é um degrau para que o leitor avance posteriormente de forma extensiva até a exaustão em outros materiais para que assim se possa assumir posicionamentos pungentes e firmes.

# SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO .....   | 8         |
| <b>CAPÍTULO I - RETORNANDO AO CAPÍTULO 7.....</b>  | <b>15</b> |
| <b>CAPÍTULO II - O COMPLEXO IDEOLÓGICO CONSERVADORISMO-LIBERALISMO-NEOLIBERALISMO E O FASCISMO .....</b> | <b>22</b> |
| <b>CAPÍTULO III - A PSICOLOGIA DO NEOLIBERALISMO .....</b>   | <b>28</b> |
| <b>CAPÍTULO IV - A CIÊNCIA E O AUTODIDATA PERFEITO .....</b>   | <b>35</b> |
| <b>CAPÍTULO V - O JOGO DA INVEJA, DA MERITOCRACIA E DO RESENTIMENTO .....</b>                            | <b>41</b> |
| <b>CAPÍTULO VI - O CENÁRIO RELIGIOSO .....</b>   | <b>47</b> |
| <b>CAPÍTULO VII - A GUERRA IDEOLÓGICA ENTORNO DO COVID-19.....</b>                                       | <b>55</b> |
| <b>CAPÍTULO VIII - IDEOLOGIAS EDUCACIONAIS E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL .....</b>                         | <b>62</b> |
| <b>CONCLUINDO SOBRE A NOVA DIREITA BRASILEIRA .....</b>  | <b>68</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>74</b> |
| <b>SOBRE O AUTOR .....</b>   | <b>80</b> |





## INTRODUÇÃO

---

O debate sobre política, no Brasil, se tornou mais amplo com a polarização ideológica que se criou a partir dos últimos 15 ou 20 anos e que veio a se agravar desde 2013 com as jornadas de julho. Posteriormente com o impedimento da presidente da República (Dilma V. Rousseff) e resistência popular ao governo do vice-presidente (Michel M. E. Temer Lulia) em que culminou com a eleição do atual mandatário (Jair Messias Bolsonaro) se percebe cada vez mais uma crescente confrontação ideológica.

Tal contexto de instabilidade política se constitui por que depois de um período inicial em que a ideologia neoliberal foi implantada no Brasil em meados dos anos 1990 como tentativa de modernizar o país e fazê-lo mais atraente aos investimentos financeiros estrangeiros, houve uma combativa reação popular que resultou na ascensão de um movimento partidário de esquerda populista que chegou ao poder e que não hesitou em gerar uma estabilidade econômica que permitiu investimentos na área da assistência social e que ao mesmo tempo tornou o Brasil cativante como mercado de consumo de marcas estrangeiras. É justamente neste contexto que a ideologia neoliberal se enraíza derradeiramente na sociedade brasileira.

A ascensão da ideologia neoliberal nas últimas décadas, principalmente em países ditos 'em desenvolvimento' ou simplesmente pobres veio à baila com força após o avanço dos partidos políticos e coletivos de extrema direita (conservadores, religiosos e obviamente: liberais e neoliberais). Aparentemente, a questão central não passa de defesa do *status quo*, isto é, um retrocesso histórico no campo político e também na vida social.

Uma das muitas possibilidades de debater sobre isto é a partir da filosofia, e incorporada a esta, a filosofia política. Mas qual a relevância desta sugestão? -Seu valor, portanto, está na condição de desvendar, questionar e direcionar o debate filosófico para a realidade da arena pública, expondo aquilo do que se trata: o fazer a política. Assim Petrucciani (2014, p.23) expressa que:

Muitas vezes o realismo político se associa com uma visão crua ou, mais ainda, pessimista da natureza humana, da qual, por exemplo, em Maquiavel se encontram muitos documentos: se os homens são – para o Secretário florentino e, depois dele, para Hobbes – por natureza, ávidos de



poder e riqueza, sempre dispostos a enganar e a trair (...). Todavia, não é absolutamente garantido que o realismo político deva em última instância basear-se numa fosca visão da natureza humana (...).

Esta noção do que seja política está indicando a '*realpolitik*', isto é, uma prática em que se instaura metas realísticas do que se pode obter de positivo nas relações entre os diversos *players* da arena pública, mesmo que isto não seja visto como algo moralmente ético ou que terceiros também não obtenham algum tipo de vantagem numa relação. Concepção mais moderna que se opõe ao que Platão e Aristóteles haviam desenvolvido anteriormente. O primeiro afirma que: "Penso que um Estado passa a existir porque nenhum de nós é autossuficiente, todos precisando de muitas coisas" (PLATÃO, 2014, p. 91). Assim, na percepção de Platão, o Estado é o esforço último para beneficiar a maior parte possível dos cidadãos, assinalando que escravos, mulheres e estrangeiros não possuíam a titularidade da cidadania grega. Não muito diferente de seu professor, Aristóteles (2009, p. 231) manifesta que:

(...) é impossível ser feliz quando não se pratica o bem, e o bem jamais é possível tanto para um homem como para um Estado, sem a virtude e a razão. Ora, na sociedade civil, a coragem, a justiça e a razão produzem, sob a mesma forma, o mesmo efeito que no indivíduo, do qual elas fazem um homem justo, sensato e prudente.

Este olhar em certa medida confirma o que seu mestre havia defendido: o bem de um deve ser o bem de todos. Para viver em sociedade, é necessário que haja um esforço em comum, isto é, política, para que os diversos interesses possam ser realizados. A *realpolitik* é o produto em última instância para a resolução de um problema existente entre as várias comunidades das sociedades humanas.

Mais adiante, os ensinamentos de Hobbes (1993) foram fundamentais, em avançar nas óbvias limitações pertinentes aos gregos antigos. Os diversos interesses dispostos na arena pública permitem muitas vezes as articulações mais inverossímeis possíveis. Isto ocorre em muito por causa daquilo que Hobbes (1993, 2014) costumava chamar de 'leis da natureza'. Em suma, diretrizes derivadas da autoridade estatal que definem a existência humana.

Então, as leis da natureza para Strangborg (2011, p.429) implicam em entender que "(...) o governo não se dá por comando divino positivo, mas pela lei



natural, e a forma do governo depende da razoabilidade com que os homens se põem a buscar sua segurança”. Ou seja, os seres humanos buscam encontrar no Estado uma forma de resolver os seus conflitos, que nem sempre são de ordem puramente social, tendo em vista a dificuldade de controlar o comportamento das pessoas.

Esta incontornabilidade está relacionada ao egoísmo, à necessidade que as pessoas têm em cumprir com seus desejos e objetivos pessoais. Então a filosofia política (moderna) nasce com a explicação sobre a existência do Estado e como ele serve para enquanto entidade suprema, fornecer a paz forçosamente entre os diversos sujeitos na sociedade (REALE; ANTISERI, 2005). Isto se coaduna com Strangborg (2011, p.430): “Sua visão das relações entre Igreja e Estado se insere na tradição marsiliana-luterana, segundo a qual ordem política é artificial, o poder pertence à ordem humana e todas as instituições são de origem humana”. O Estado é uma maneira de controlar a existência humana, pois as pessoas são criaturas frágeis e vulneráveis.

A psicologia social e política hobbesiana se conserva na valorização do governo centralizado pelo monarca que representa a todos e estabiliza as condutas sociais alheias a partir de seu poder. No entanto, esta força pode ser removida por seus súditos quando ele não cumpre com seus deveres.

Então, ao mesmo tempo em que o Estado se intromete nas mínimas situações do cidadão, é isto também que pode enfraquecê-lo pois sua potência é exaurida no controle como o próprio Hobbes (1993, 32) assume: “Independentemente da origem, a determinação básica do Estado permanece a mesma: manter os homens ao abrigo da ‘morte violenta’, tirando-os da instabilidade na qual vivem”.

Os debates sobre a intromissão do Estado ou seu enfraquecimento, continuaram com John Locke, conterrâneo de Thomas Hobbes, agora pensando que de fato, os cidadãos têm direito à sua liberdade e a tomar suas decisões por conta própria. Esse outro ponto de vista foi crucial para preparar a chegada do século das luzes (século XVIII) que pôs em xeque a rotina política do mundo europeu, pois o racionalismo e o empirismo passaram a dominar gradualmente a cena científica em detrimento da religião e da política absoluta dos monarcas.

De forma inconteste, as primeiras ideologias: conservadorismo e liberalismo são frutos da Revolução Francesa (1789) (BOBBIO, 1995), ambas filhas do século



das luzes (em menor expressão também: socialismo científico, o anarco-liberalismo, fascismo e tradicionalismo).

Nesta dinâmica de evolução da história e do pensamento humano ocorre a revolução social em 1789. Quando da organização da Assembleia Nacional Legislativa em substituição à Assembleia Nacional Constituinte (com a formação original dividida em: Nobreza, Clero e Terceiro Estado) a configuração do poder legislativo se estrutura de forma diversa, com os Girondinos (Clube dos Feuillantes) que caracterizam a defesa das tradições e do poder monárquico (que hoje pode-se ser identificado como o 'espectro ideológico de direita') e que se sentavam à direita da presidência (LEFEVRÈ, 1985).

Por outro lado, sentados à esquerda da presidência, havia um grande grupo de políticos protetores da revolução que era dividido em dois subgrupos: A 'Montanha' (esquerda intelectual) que por sua vez era subdividida em outros dois subgrupos: Clube dos Jacobinos (radicais advindos da pequena burguesia e contrários ao poder monárquico) e Clube dos Cordeliers (provenientes de classes populares também em confronto com a monarquia). O outro grupo que se sentava à esquerda da presidência e era desorganizado tinha por apelido: o 'Pântano' (LEFEVRÈ, 1985).

Com os radicais de esquerda no poder depois de terem vencido os conservadores e após a execução do rei, surge a República. Um produto direto deste processo será Napoleão Bonaparte (1769-1821) que de militar se tornar político e por fim, imperador. Na sua ânsia pelo poder e por propiciar estabilidade política na França, em 1799 dá o famoso 'golpe de 18 de Brumário' e justamente à reação daqueles que se posicionam contra tal intervenção, os apelida de liberais, isto é, aqueles que são permissivos e que admitem governar de qualquer forma sem respeito pelo bem público.

Ainda em consideração à política napoleônica, as denominações 'conservadores' e 'ideólogos' também surgiram como forma pejorativa do monarca se referir aos políticos e demais elementos refratários ao seu poderio, nos anos finais de seu governo. Aos primeiros, a designação se deu por conta da resistência aos novos ideais do Império Francês (verificar o 'Código Napoleônico') em prol do Antigo Regime, católico e monarquista.



E a segunda forma de nomear seus adversários se deu por conta de Antoine-Louis-Claude Destutt de Tracy (1754-1836), intelectual que fundou a ideologia, a ciência que estuda a formação das ideias e sua condição de serem a origem dos comportamentos. Os ideólogos, portanto, eram os intelectuais que esquadrihavam a forma de pensar das pessoas, ou seja, uma função muito perigosa. Tal habilidade permitia a este grupo de intelectuais tecerem críticas contundentes ao governante.

Numa perspectiva mais moderna, Faye (2003) identifica os processos ideológicos como relatos, discursos que mitificam a realidade. O discurso é a história mítica que reflete o ambiente social. Em verdade, esta imagem refletida nem sempre espelha a realidade. E é neste ponto que o argumento se faz valioso, pois que potencializa os desejos e mobiliza as pessoas numa contínua modelação do real até a formação de um contexto que se não é o idealizado, dele se aproxima.

Uma contribuição dos estudos deste autor supracitado é o que se chama de Teoria da Ferradura. Ela indica que os extremos ideológicos se encontram quanto mais se expandem no meio social. Na alça direita da ferradura há os segmentos ideológicos de cariz individualista, como o nazismo/fascismo, corporativismo, monarquismo, conservadorismo e libertarianismo; do outro lado, na alça da esquerda, tem-se o bloco coletivista com o anarco-sindicalismo, progressismo, socialismo e marxismo. No centro da ferradura há o que se chama de liberdade individual sendo representada pelo voluntarismo e o anarco-capitalismo (FAYE, 2003). Apresentar brevemente este conjunto de ideais ideológicos da alça da direita, dentre várias outras vertentes, é importante pois situa a formação política e ideológica, ao qual se vive nos dias de hoje, e sua relação com a psicologia. Assim haverá mais uma via para se explicar o imponderável início do século XXI, e suas conturbadas mudanças.

O primeiro capítulo é um retorno ao sétimo capítulo de um livro anterior publicado e intitulado de “Propedêutica à Psicologia do Brasileiro”. Naquela ocasião o foco do trabalho não era tratar das ideologias em si, mas apresentar uma teoria da psicologia social. Outrossim, com o desenvolvimento do livro, ficou claro que os ideólogos nacionais de diversas vertentes possuíam uma concepção de que o brasileiro tem uma falha de caráter e que alguns componentes ideológicos se impõem como a solução de todos os males. É disto que se trata: retornar a este



debate e expor como as ideologias de direita tratam este possível ‘desvio de caráter’ nacional.

O segundo capítulo incorrerá na discussão em relação ao complexo ideológico conservador-liberal e neoliberal. As ideias reverberam no sentido de explicar como o conservadorismo e o liberalismo surgiram juntamente com os ideais progressistas e deram espaço à ideologia neoliberal que vem se assentando na sociedade em geral nas últimas décadas e as suas relações com o fascismo, um outro ideal que retorna fortemente nestes últimos anos.

No terceiro capítulo, o neoliberalismo será explicado como uma ideologia que se desenvolveu nos últimos dois séculos até a sua mais completa ascensão e estabelecimento como ideologia predominante no Brasil do início do século XXI. Qual é o perfil das pessoas neoliberais e como elas se comportam na sociedade? São questionamentos que serão respondidos na medida do possível.

O quarto capítulo, expressa sobre a obtusa figura do autodidata como aquele sujeito que centraliza a ruptura da submissão para com as amarras das convenções sociais, principalmente no que diz respeito ao campo do trabalho. O autodidata concentra a inveja alheia pelo seu sucesso, e, sua criatividade é cobiçada pelos demais.

No quinto capítulo serão expostas as relações entre a competição pela busca de emprego e a sobrevivência no mercado de trabalho. A meritocracia enquanto uma artifice importante da ideologia neoliberal e que induz as pessoas a estarem em permanente competição o que mantém o sistema capitalista em funcionamento. Analisa a empobrecida ‘pós-modernidade’; sopesa a ideologia enquanto composição discursiva e subjetiva das massas populacionais no futuro da humanidade. A importância da inveja enquanto sentimento aglutinador e depreciador da sociedade do capital.

O cenário religioso: já no sexto capítulo, será argumentado sobre o panorama religioso no Brasil na medida em que o conservadorismo, o liberalismo e o neoliberalismo avançam enquanto um complexo ideológico dominante, suas relações com o novo modelo religioso protestante e supremacia política.

O sétimo capítulo diz respeito à grande pandemia, aos aspectos psicobiológicos e à esperança de uma vida melhor; mas também ao combate ideológico travado entre diversos grupos usando as *fake news* e as consequências na



economia e geopolítica internacional, além do impacto psicológico nas diversas sociedades ao redor da pandemia do Covid-19.

No oitavo capítulo, a discussão versa sobre a sistematização dos processos educacionais de um extremo conservador, por exemplo, sob a égide religiosa e como se desenvolveu em direção a uma perspectiva mais liberal. Ainda, compreender a Educação como um sistema atravessado por diversas linhagens ideológicas.

Por fim, se conclui sobre a nova direita e a psicologia política como um processo de alta capacidade de formulação de críticas sobre as articulações na arena pública. Exposição das argumentações que fazem da psicologia política um instrumento de análise das disputas ideológicas em vigor.

Portanto, a ideia do livro é escrutinar de forma leve a atual situação da sociedade brasileira, por quem a vive e a pensa. Não significa, portanto, apenas indicar que os rumos do país vão de mal a pior, mas além disto, tentar compreender possibilidades de mudanças efetivas que possam condizer com as melhorias do bem-estar psicossocial da população.



## CAPÍTULO I

### RETORNANDO AO CAPÍTULO 7

Anteriormente em uma análise em outro manuscrito, o “Propedêutica à Psicologia do Brasileiro”, foi feita uma revisão do que seria a ideologia neoliberal, seus fundamentos, e as consequências na conduta social do povo brasileiro. Desta descrição surgiu uma ‘teoria da resolução do caráter do brasileiro’, ao qual o dito sistema de ideias seria o melhor remédio para as mazelas nacionais (COELHO JUNIOR, 2017).

Antes de tudo, aqui se situa o que seja o neoliberalismo: uma teoria econômica que indica que a vida social deva ser pautada pelas flutuações financeiras do sistema capitalista. Em outras palavras, é uma ideologia que sustenta o capitalismo, ou mais diretamente, é a ideologia do sistema capitalista.

Não a poucas décadas, o ideal neoliberal ajuntou forças com o conservadorismo: ‘liberalismo econômico somado ao conservadorismo comportamental dos sujeitos’; é assim que se configura crescentemente a articulação política nos países europeus e nos Estados Unidos (KIRK, 2013).

Na ‘propedêutica’ foi analisada entre outras temáticas as duas bases teóricas do neoliberalismo, ambas vicejando do pensamento de John Locke, do século XVII, portanto. A filosofia liberal deste filósofo inglês é uma resposta contratualista à filosofia política de seu conterrâneo, Thomas Hobbes (PETRUCCIANI, 2014). Este último expressa a ideia de uma sociedade onde o Estado é uma ‘brutal fera’ que age de forma coercitiva em relação aos seus súditos.

Na filosofia de John Locke encontra-se uma verdadeira elegia da doutrinação das ‘leis divinas da natureza’, isto é, que todos os seres humanos (e os não humanos também) são regidos por normas que não foram construídas pelos seres vivos e mortais, mas sim por uma entidade sobrenatural que governa o mundo e o universo de maneira bondosa (LOCKE, 2019).

Esta ideia terá um vigoroso reflexo nos manuscritos de Edmund Burke, principalmente no mais famoso deles intitulado: “Reflexões sobre a revolução na França”, publicado em 1790. E aqui se explicita uma ação ideológica muito comum:



a unificação do pensamento liberal (John Locke) com a filosofia conservadora (Edmund Burke).

Com a revolução social da burguesia, antes da reação armada, houve uma indignação por parte de alguns letrados sobre a ruptura do direito divino dos reis, sendo na Grã-Bretanha a principal figura: Edmund Burke. Defensor do ideal da monarquia divinizada, este filósofo encarna uma contundente reação à revolução, e suas ideias progressistas. Assim explicitam Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 244) que:

Isto explica a natureza diversa da *reação* e do Conservadorismo, frequentemente considerada aquela, sem razão, radicalização deste. Houve, na realidade, uma tríplice cisão, porque o progressismo se distanciou resolutamente — e foi isso que deu lugar ao Conservadorismo — de uma série de posições filosóficas, políticas e científicas que, embora sem romper o núcleo mais íntimo da tradição cultural europeia, a referência a valores transcendentais e à dupla natureza do homem, modificaram alguns dos seus elementos essenciais.

Sendo assim, o conservadorismo na prática se aplica, à princípio e por princípios, em contraponto a qualquer ideia progressista. Mas em termos econômicos, o liberalismo, e a sua proposta de livre mercado são bem-vindas para a manutenção do *status quo* das classes sociais mais abastadas (MÉSZÁROS, 2011). O progressismo neste caso não é um sinônimo de liberalismo, mas sim de ‘progresso ou desenvolvimento humano’ no sentido de mudança subjetiva e social, e se encontram classificadas geralmente como sendo do espectro político de esquerda.

No entanto, é necessário abrir um adendo, Scruton (2019) indica que nos Estados Unidos, as ideias progressistas possuem a classificação de ‘liberalismo’, isto é, como dito acima, a ideologia que se assenta no espectro político de esquerda, e neste caso, representado pelo Partido Democrata que se opõe diretamente ao Partido Republicano. Estas nuances são de causar verdadeira confusão, mas pertencem às singularidades dos sistemas políticos de cada país. Sendo assim é necessário situar o que seja definitivamente o oposto ao pensamento socialista, com Lênin (2017, p. 112):

(...) essa democracia é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista e, por isso, sempre permanecerá, no fundo, a democracia de uma minoria, apenas para as classes possuidoras, apenas para os ricos. A liberdade na sociedade capitalista continua sempre a ser,



mais ou menos, o que foi nas repúblicas da Grécia antiga: uma liberdade de senhores de escravos.

Para este autor, seguindo à risca o que haviam escrito Marx e Engels (2015), a sociedade capitalista era dividida em classes que permanentemente estavam oprimidas pelas pessoas ricas, no caso, a relevante figura do burguês. Este, por sua vez, realizou sua revolução contra a monarquia, persuadindo e instigando as grandes massas empobrecidas à apoiá-lo. Daí surgem duas ideias, a primeira: de 'progresso' social, onde as classes mais humildes, devem elas também se engajarem em processos revolucionários para alcançar o poder. E a segunda, de 'imobilismo social', que é representado pelo conservadorismo.

Sendo assim, o conservadorismo é fiel ao naturalismo (crenças nas leis da natureza e nas leis divinas) e à religiosidade se tornando necessariamente antidemocrático na defesa de seu o *status quo* evitando com isso o rompimento da tradição social ou como Bobbio (1995, p.54) expressa: "(...) à ruptura a uma ordem histórica considerada sagrada, criada e conservada por uma providência imperscrutável (...)". Por outro ângulo, a 'esquerda' se concentra justamente em produzir um efeito disruptivo em relação ao passado histórico e diversos hábitos.

Mas como Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) afirmam, tanto as ideias progressistas quanto as conservadoras surgiram de um mesmo tronco ideológico comum cujo objetivo era a manutenção de valores transcendentais que ao mesmo tempo em que permitissem a estabilidade do bem-estar psicossocial, pudesse mobilizar as pessoas em busca de uma vida em comum cada vez mais feliz, progredindo para uma condição de plenitude suprema.

No entanto, as convulsões sociopolíticas comuns aos séculos XVII e XVIII foram contraditórias no sentido de efetivamente resultarem em avanços sociais permanentes, pois dependiam do enfraquecimento das monarquias, que eram representadas pelos mandatários divinos, isto é, os reis.

Este processo dialético na política destes tempos determinou que o alcance de maiores níveis de bem-estar fosse inversamente proporcional à manutenção dos poderes absolutos dos monarcas. Esta dialética está obscuramente entranhada entrelinhas em outro livro de John Locke: "Carta sobre a tolerância". Em Locke (2019, 2012), há a importância antes de tudo da liberdade de expressão e o direito de ir e vir, posteriormente, como consequência, o direito de livre comércio,



fundamento concebido posteriormente de maneira muito mais minuciosa por Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) que desaguam mais adiante no neoliberalismo (COELHO JUNIOR, 2017).

Estes economistas trazem a ideia, de que para o desenvolvimento das nações, a condição de comercializar produtos da forma mais simples e sem barreiras possíveis é o que vai gerar uma lógica em que o capital passa a ser um dos mecanismos principais na vida da sociedade humana. O dinheiro, portanto, chega a ser a condição única para a existência humana, tudo girando em sua função. Para que isto ocorra, é necessário o afrouxamento da moral, a mudanças dos costumes e introjeção desta lógica como normal, comum.

O dinheiro como objeto inanimado passa a ser valorizado e revalorizado como a única forma de uma boa existência em uma sociedade em que nada mais é aparentemente certo e seguro, a não ser, o fato de que o dinheiro salva muitas vidas (ENGELS; MARX, 2015, 2010). Cria-se, portanto, uma espécie de 'sociabilidade financeira' como forma de vida humana.

No entanto, um outro autor se destaca como intelectual liberal: Alexis de Tocqueville (1805-1859) que depois de uma viagem aos Estados Unidos compreende que a liberdade individual está intimamente relacionada à igualdade política e que isto permite o desenvolvimento da sociedade sem processos revolucionários. Para Tocqueville (2014a) a sociedade democrática diferentemente da aristocrática está em permanente dinâmica fazendo com que as pessoas busquem ascensão social de forma intermitente para sobreviverem, e o acúmulo de fortuna e consciência política são consequência direta desta vida social diligente.

Posto esta 'união' entre as correntes ideológicas liberais e conservadoras, surge uma amálgama: conservadorismo liberal (política conservadora para direcionamentos econômicos expansivos) e conservadorismo libertário (diminuição total da figura do Estado na vida do cidadão para que este tenha autonomia ampla) que fundamenta o neoliberalismo. Enfocando o caso do povo brasileiro, tal proposta passa a ser *sui generis* pois tal ideologia é repassada como uma forma de 'resolver' o caráter desta sociedade. Esta resolução é decorrente do pensamento de que os brasileiros são canastrões, acomodados e preguiçosos (MEIRA PENNA, 1988). Mesmo entendendo que o liberalismo de Ludwig von Mises é ultrapassado, e que serviu como contraponto à teoria marxista no período anterior



à segunda guerra mundial (1939-1945) e como base essencial ao neoliberalismo que vigora posteriormente, Paim (2004) admite que a elegia ao capitalismo deste autor ainda atrai pupilos, especialmente no Brasil.

Desenvolvendo esta ideia, neste país, uma boa parcela dos cidadãos entende que este é um carácter do perfil do brasileiro (COELHO JUNIOR, 2017; MEIRA PENNA, 1988). O que vulgarmente se chama de 'jeitinho brasileiro', é um comportamento amplamente compartilhado de levar vantagem em qualquer situação.

Este comportamento social é popularmente reconhecido como uma prova do que os próprios brasileiros têm de pior (COELHO JUNIOR, 2017). E como sendo uma conduta social, obviamente impregna a sociedade, como sendo um hábito. Isto também é percebido, portanto, como um fator de estagnação moral e um empecilho ao desenvolvimento socioeconômico do país.

Este perigoso marasmo, uma condição muito comum aos países tropicais, onde classicamente impera a mistura racial, a indolência moral e a ignorância política, conforme as teorias racistas do século XIX e início do século XX explicam, é um pensamento marcante inclusive em várias gerações da intelectualidade brasileira. A história mostra que o povo brasileiro se degenerou em algum ponto entre os anos 1500 e 1889, sendo a proclamação da República uma tentativa vigorosa de organizar a nação e impulsioná-la à um futuro glorioso.

No entanto, a República foi instituída à revelia do povo e, portanto, aquilo que tanto se combatia, como supracitado, acabou por se incorporar definitivamente à vida social brasileira, embora os militares positivistas, como Benjamin Constant, tenham feito de tudo para evitar que este erro fosse cometido. Porquanto esta fosse a situação, explica então Graça Aranha (1998, p. 465) uma fórmula que seria o antídoto para a tal resolução do carácter do brasileiro:

(...) seria preciso que a preponderância exclusiva da classe militar diminuísse e desse lugar ao aparecimento de outras classes organizadas dentro da democracia, classes fundadas, organicamente, ou sobre a riqueza ou sobre o trabalho, em vez dessa vaga aglomeração de gentes acampadas passageiramente no território do país, vivendo na mais profunda ignorância, que não se pode representar, nem exige o equilíbrio e o arbitramento político.



Como foram os militares a dar o golpe final na monarquia, eles deveriam sair de cena para ventilar a democracia e vicejar um povo vigoroso. Por outro ângulo, para o assentamento do regime nos primeiros momentos de indecisão, aparentemente foi necessário que o liberalismo desse espaço ao conservadorismo outra vez (o último gabinete ministerial da monarquia fora liberal) e sendo assim, neste ensejo permitiu que as classes abastadas conduzissem a política nacional que por sua vez implicava na submissão, principalmente econômica, às potências da época (França, Grã-Bretanha e Estados Unidos Estados Unidos, sendo este desde o período da República Velha até a Nova República).

Em primeira medida, o conservadorismo retorna à cena para conter o liberalismo, sem levar em consideração que ao menos no Brasil, realisticamente, aqui se tem apenas as duas faces da mesma moeda: grandes fazendeiros e a recém elite urbana se alternando no poder. Ideologicamente, não há grandes distinções pois não há um plano de governo para o país, e sim apenas projetos de poder desconectados com a realidade da sociedade. Neste ponto, embora o conservadorismo ganhe amplo terreno em termos ideológicos, ele não se afasta muito do liberalismo.

Portanto, aquela unificação entre as duas correntes ideológicas explicitadas muitas linhas acima, em verdade já eram a normalidade na vida política brasileira. Isso sugere que se pense em um conluio para alternância do poder para impedir a participação popular.

Este perene revezamento resulta numa grande pressão social e econômica para baixo, ou seja, em direção àqueles que sustentam todo o sistema, restando uma leve pressão socioeconômica aos que estão acima (fazendeiros, burgueses, e até mesmo a classe média). Há, portanto, um alijamento do povo na política e no fatiamento dos mecanismos legais que propiciam o bem-estar tais quais sejam: acesso à educação e saúde, por exemplo.

Então, com este panorama, as ideias progressistas, o espectro político de esquerda deveria ter alta amplitude em um país com esta configuração sociopolítica, pois se considerando este cenário, as condições necessárias à revolução (pobreza, ignorância, sociedade estratificada, opressão, etc.) brotam espontaneamente. Mas no Brasil, nunca houve revolução do povo, e sim, uma postergação destes processos



políticos que mitigaram qualquer esforço neste sentido (BRESSER-PEREIRA, 2014; COELHO JUNIOR, 2017).

Este preterimento perpétuo origina-se de um lado das gigantescas dimensões do país que impediram ao longo de seus cinco séculos uma articulação dos representantes dos despossuídos, mas também a própria qualidade de ‘condições necessárias à revolução’, em outras palavras: aquilo que poderia fazer emergir quase que espontaneamente uma revolução social, também foi o que sepultou estas possibilidades.

Assim, depreende-se que as ideologias são apenas pálidos pontos de interseção tais como caminhos que levam ao poder, mas não são instrumentos de resolução de problemas sociais. Por conta disto, a ‘teoria da resolução do caráter do brasileiro’ é uma premissa falsa, pois o caráter deste povo como o de qualquer outro é marcado pela busca da sobrevivência e no intuito de se adaptar aos dias duros que tem que suportar.

As marcantes dificuldades ao qual o povo brasileiro perpassa não são derivadas apenas de ideologias, mas também da falta de compreensão daqueles que sem o devido compromisso governam à distância. Como Dante Moreira Leite pensava, uma forma de descortinar a realidade social pode ser a propositura do fim da ideologia nacional, da ideologia de ‘povo brasileiro’ conservador ou progressista, portanto: “As ideologias do caráter nacional brasileiro frequentemente representam, portanto, não uma autêntica tomada de consciência de um povo, mas apenas um obstáculo no processo pelo qual uma nação surge entre outras, ou pelo qual um povo livre surge na história” (MOREIRA LEITE, 2017, p. 431).

A superação das ideologias de caráter nacional, as ideias que representam um povo, devem ser substituídas pelo esforço em si da nação em se desenvolver sem perder suas singularidades; isto ultrapassa o invólucro da permanente hostilidade entre os diversos grupos sociais em direção da simples dignidade em ser humano.



## CAPÍTULO II

# O COMPLEXO IDEOLÓGICO CONSERVADORISMO-LIBERALISMO-NEOLIBERALISMO E O FASCISMO

No capítulo anterior, ao se basear em outro estudo (COELHO JUNIOR, 2017), foi exposta a Teoria da Resolução do Caráter do Brasileiro. Aqui será apresentada através da psicologia social, as relações subjetivas de afastamento e suposta aproximação do complexo ideológico conservador-liberal e neoliberal com o fascismo, uma sombra que cada vez mais volta a se estender nas diversas sociedades.

Inicialmente, é necessário explicitar o que seja o fascismo, haja vista o uso do termo estar relativamente em moda nos últimos anos, principalmente como termo de acusação entre os diversos atores políticos, seja no Brasil, seja em outros países (ECO, 2018). Arendt (2012), entende que esta ideologia surge em fins do século XIX enquanto produto dileto dos processos históricos e sociais típicos daqueles dias: consolidação da sociedade de caráter industrial, concretização dos desejos populares (advindos das revoluções sociais de 1789 e 1848) que repercutem cada vez mais nas formações ainda que discretas e nucleares de políticas públicas, e também no surgimento do dito 'homem supérfluo', por suposto, as populações pobres que surgem da explosão demográfica neste período.

Então, o fascismo se caracteriza como ideologia que visa através das massas empobrecidas, tomar de assalto o Estado e formalizá-lo como Estado-Nação, Estado de todos e para todos. A constituição do Estado-Nação permite também a criação do lar para o nacionalismo e mais tarde já no século seguinte, do totalitarismo. Tal ideologia se estabelece como uma força aglutinadora que se entrelaça à religião (junto das instituições públicas, a maior força de movimento e junção popular) pois origina-se num atrasado Reino da Itália, e se espalha primeiramente na Espanha e Portugal, igualmente derivado de um processo de retardo no desenvolvimento econômico e social crônicos destes países (ARENDR, 2012; POGGI, 2012).

Por outro ângulo, Kirk (2013), compreende que o fascismo, assim como outras ideologias (levando em conta que o conservadorismo para ele não seria uma



ideologia), como o marxismo e o nazismo, são criações humanas que revelam as distorções comportamentais da vida coletiva, e que são apenas embustes para grupos de intelectuais tomarem o poder. Nesta ascensão, aqueles que não partilham das ideologias que passam a ser dominantes, podem ser banidos, executados ou perderem seus direitos políticos e sociais.

De arremate, Eco (2018, p.28) escreve que: “Pode-se dizer que o fascismo italiano foi a primeira ditadura de direita que dominou um país europeu e que, em seguida, todos os movimentos análogos encontraram uma espécie de arquétipo comum no regime de Mussolini”. Justamente por conta da debilidade política e as frequentes depressões econômicas, países como a Itália somente puderam lidar com estes fatos, se enroscando a esta ideologia. O psiquismo coletivo estava em frangalhos, desesperança gera tanto desespero quanto fome, e o fascismo parecia a solução.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p.160) num conceito curto escrevem que: “O fascismo estaria então unido à presença de organizações de massa, tendentes a subtrair ao Estado um número cada vez maior de funções”. Sendo assim, o caminho era dominar o Estado e inserir nele, estas pessoas que estavam excluídas, que por sua vez, eram uma grande parte da população. Um dos indicativos que tal ideologia não tem consistência é que justamente o Estado não consegue absorver o excedente populacional, sendo que o problema permanece.

Neste sentido, o fascismo, é abastecido pelo populismo. Eis uma característica sua: gerar encadeamentos emocionais entre o máximo de pessoas possíveis ao redor da imagem de uma liderança que as impulse à busca pela resposta de seus problemas coletivos. O ‘grande líder’ por si mesmo, é aquele que é tão sábio que resolve até mesmo as pequenas rixas de vizinhos, das situações mais mezinhas do cotidiano até os grandes enigmas universais (MARTÍN-BARÓ, 2017). Por outro ângulo, a presença social do fascismo é sinalizada por: antiliberalismo, antissocialismo, contrariedade à democracia e forte autoritarismo (POGGI, 2012).

De maneira muito simplória, pode-se dizer que o nazismo é o fascismo acrescido de preconceito racial. Isto leva a diversos estudos na área da psicologia social (CRISP; TURNER, 2013; RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2015; ZIMBARDO,



2015). Na época em que surge o fascismo italiano, a Alemanha arrasada pela guerra também buscou uma forma de criar esperanças por um futuro melhor.

A resistência do povo alemão aos ideais socialistas permitiu que lideranças de extrema direita focalizassem o preconceito contra grupos políticos de esquerda e principalmente nos judeus, que foram culpados pela derrota na Primeira Guerra (1914-1918). A partir daí este fenômeno psicossocial ocorreu nos demais países europeus em maior ou menor grau.

No plano psicológico, em verdade, tem-se as seguintes variáveis: as crenças (que são as cognições que permitem que uma ação seja realizada), os estereótipos (atributos de personalidade, de comportamento e/ou de aspectos físicos de alguém que serve de referência para a implementação da ação), discriminação (que é a ação preconceituosa) e a identidade social (que permite a aglutinação das pessoas num grupo contra aquele ao qual se produz o estereótipo e a discriminação) (CAMINO, 1996; DESCHAMPS; MOLINER, 2014; RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2015).

Para entender melhor, é necessário iniciar pelas crenças e ao mesmo tempo, relacioná-las ao conceito de ideologia. Portanto, segundo Krüger (2013, p. 282-283): “(...) crença é qualquer afirmativa feita por alguma pessoa, obtida mediante sua experiência própria. (...) Nessa condição, podem ser entendidas como representações mentais, relacionando-se com os processos cognitivos, afetivos, motivacionais e conativos de modo geral”. Isto é, as crenças ao se constituírem em um conjunto de princípios, por se basearem em vivências do sujeito se consolidam como essência do homem, derivada de seu encontro com a realidade. Uma destas intersecções se dá com sistemas de crenças de outras pessoas ou de instituições.

Estes outros sistemas de crenças, ou seja, conjuntos de ideias que se aglomeram na cognição das pessoas, por se tratarem de conhecimento da realidade das pessoas, acabam por serem introjetados nos sistemas cognitivos alheios de variadas formas, como por exemplo, pela mídia, pelos ensinamentos na escola, nas religiões entre outras possibilidades.

Marx e Engels (2015, 2007) expressam que as relações humanas acabam por se formalizarem também sob a égide do desenvolvimento dos processos de produção. A história da humanidade é permeada de ideias e falsas certezas sobre sua própria realidade derivadas destes processos de produções materiais. A isto,



estes autores denominam de ideologia: o falseamento dos fatos históricos em prol de interesses particulares e escusos, uma forma de dominação encoberta.

Por outro lado, para Arendt (2012, 2013) a ideologia é como uma verdade absoluta e fechada em si mesma. Algo como que uma lógica adulterada que impede a pessoa de desvendar a verdade da sua própria existência. Sendo assim, as pistas para um processo ideológico ativo são segundo escreve Krüger (2013): uma linguagem própria valorativa e explicativa, e falseada. Afora isso, possuem uma determinada amplitude de domínio de sua aplicabilidade, são direcionadas à coletividade e possuem apoio institucional.

Muitas vezes, as ideologias são tão tênues, que ficam quase que imperceptíveis. Enfim, elas são procedimentos indutores das ações humanas, e isto por sua vez causa outro fenômeno de ordem psicossocial que é a alienação. Uma vez a pessoa, ou a coletividade engolfada por um processo ideológico, ela se aliena de si, da sua realidade e do conhecimento que possui, facilitando a manipulação (MÉSZÁROS, 2004).

E o exercício do controle das massas é algo que gera um impacto psicológico de alto nível, pois se dá com base valorativa, ou seja, nos alicerces da vida cognitivo-emocional das pessoas como será apresentada mais adiante. Voltando às relações no plano psicológico, as crenças de alguém ou alguns são abarcadas por um processo ideológico contínuo, a partir das interações sociais em todos os níveis da sociedade que definem como se darão as relações entre as pessoas. Com o estado emocional alterado e se prendendo às crenças que muitas vezes não lhes representam, as pessoas agem em prol das ideologias que as alienam.

Sendo assim, os atributos mais visíveis ou mais específicos que um grupo de pessoas possam ter passa a ser a referência para validar as crenças que outrem na mesma sociedade possuem sobre eles. Os estereótipos, conforme Rodrigues, Assmar e Jablonski (2015, p.203) são “(...) uma representação mental de um grupo social e de seus membros (que) tendemos a enfatizar (no) que há de similar entre pessoas, não necessariamente similares, e a agir de acordo com essa percepção”. Por deveras, um conhecimento tendencioso e limitado que se tem de terceiros. Num aspecto mais valorativo, grupos minoritários (como negros e pessoas homoafetivas) tendem a ser depreciados tanto por atributos físicos quanto psíquicos (cor da pele e desejo por pessoas do mesmo sexo respectivamente) e são justamente estas peculiaridades que



se tornam relevantes na produção do estereótipo, pois é como se as pessoas fossem apenas aquilo que elas aparentassem ser, como se tão somente um aspecto de sua essência condensasse toda sua existência.

É por isto que as pessoas se sentem incomodadas quando um referencial estereotípico não se encaixa na representação que foi formada pelo grupo, pois é como se esta pessoa estivesse confrontando uma verdade pré-definida (como por exemplo uma pessoa negra que é chefe em uma empresa e ganha um bom salário). Tal situação gera inicialmente uma perplexidade que pode ou não resultar em hostilidade.

Por outro lado, quando a imagem do grupo ou de alguém se encaixa naquilo que dela é esperado, então o sentimento alheio é negativo (produção do preconceito) fazendo com que haja a tendência de um comportamento discriminatório, hostil e agressivo como se tem visto ultimamente.

Por conta disto, o preconceito é este afeto negativo que se tem contra uma pessoa ou outros grupos sociais, advindos destes mesmos atributos (características psíquicas ou físicas, comportamentais, etc.) (CRISP; TURNER, 2013). E uma vez as pessoas possuindo preconceito contra alguém, há uma tendência grande para a sua expressão. É como se os atributos destas pessoas fossem um 'gatilho' para sofrerem uma agressão de outrem.

Retornando ao fascismo, pode-se indicar este exemplo: um docente universitário explicitamente com ideais democráticos passa a ser percebido como uma ameaça aos seus colegas que enxergam a democracia como uma libertinagem ou estado de permissividade. Esta concepção agride estas pessoas e como resposta surge um afeto negativo que pode com o passar do tempo se acentuando tanto que formaliza uma sequência de condutas hostis que vão desde o ataque verbal até mesmo à agressão física.

Como se constitui a identidade social neste contexto? Segundo escrevem Deschamps e Moliner (2014) há muitas teorias sobre este tema, no entanto, todas entendem que a identidade é um constructo que dá ideia de frequente transformação do psiquismo do ser humano. Em outras palavras, as pessoas na sociedade, constroem suas identidades na medida em que se relacionam com seus pares, originando com isso, a diversidade dos grupos sociais. Estes autores expressam que:



Do ponto de vista da psicologia social, diversos processos permitem explicar o fenômeno. Esses processos intervêm na elaboração de conhecimentos e de crenças sobre si mesmo, sobre os outros, assim como sobre os grupos de pertença e de não pertença dos indivíduos. Mas eles também permitem fazer diversas comparações, das quais decorre finalmente a percepção de semelhanças e de diferenças que é a base do sentimento de identidade (p.15).

Posto isto, a identidade social de maneira muito simplória define aqueles que 'são iguais e os que são diferentes'. Este fenômeno de ordem psicossocial pode ser explicado por diversas teorias e, portanto, mereceria um outro espaço de debate (CAMINO, 1996). No entanto, as ideologias servem de cimento para aglutinar as pessoas nestes processos identitários. É isto que permite com que os sujeitos se incorporem em comunidades, facções, partidos políticos e religiões, além de compor suas famílias. As referências representacionais geradas no pensamento social impulsionam as pessoas a se coligarem tendo em vista objetivos parecidos e os alcancem juntos (ZIMBARDO, 2014).

Portanto, quando ideologias que se apresentam como verdades absolutas e que mobilizam o emocional das pessoas, permitindo que elas tenham um sentido de boas expectativas para suas vidas, elas são propensas a se juntarem e obterem um poderoso sentimento de pertença. Por causa disso, muitas vezes realizam atos hostis como os descritos acima para alcançar seus desígnios. As representações do âmbito social são prevalentes enquanto 'gatilhos' formadores de comportamentos sociais também.

Os processos ideológicos, como o fascismo, portanto podem oferecer uma espécie de direcionamento da conduta social. Mas somente quando conjugam uma grande quantidade de pessoas performando uma coletividade é que seus efeitos podem ser sentidos à nível social e histórico. A mobilização das massas se concentra nesta condição identitária: todos sendo um só, pelo líder; por isso, ideologias como o fascismo fazem tanto sucesso em períodos de carestia.



## CAPÍTULO III

### A PSICOLOGIA DO NEOLIBERALISMO

Este livro não é um libelo contra a ideologia neoliberal, mas mais uma análise de como tal doutrina foi alçada à uma ampla disseminação nos dias atuais. O neoliberalismo pode ser tido como um fenômeno inicialmente local e depois internacional. Ela surge em decorrência óbvia do liberalismo inglês, portanto, um vigoroso pensamento e movimento ocidental, relacionado à ascensão social da classe burguesa.

Isto por sua vez acontece em decorrência de condições sócio-históricas ímpares deslindadas por Arendt (2012), Marx e Engels (2015), von Mises (2016) entre outros autores, cada um defendendo suas posições, como por exemplo: o desenvolvimento do comércio marítimo das potências navais do Velho Mundo (tal como: Espanha, França, Grã-Bretanha, Portugal e a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos/Holanda) que permitiu o conhecimento de outros povos que não os europeus e a assimilação de novos conhecimentos e hábitos que otimizaram a sobrevivência destas nações no cenário internacional, obviamente mantendo o senso de segregação em relação às outras etnias.

Portanto, de convicção local, tipicamente inglesa, o liberalismo e posteriormente, o neoliberalismo continental, se tornaram ideologias robustas que fizeram frente aos ideais do espectro político de esquerda, tais quais sejam de forma geral: o socialismo, o comunismo e o anarquismo. Por quanto, aqueles princípios condizem muito propriamente à uma forma específica de se entender e atuar no mundo, uma filosofia inglesa e não uma filosofia para o mundo como estas três últimas. No entanto, é fundamental admitir que o liberalismo floresceu em outras sociedades também, principalmente na República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos/Holanda, joia rara da tolerância religiosa.

Isto é muito pertinente com os escritos de Burke (2017, p. 136) como atesta este trecho sobre as 'novidades' de França nos idos de 1790: "Na Inglaterra, não lhes damos crédito. Somos inimigos generosos; somos aliados fiéis. Nós rechaçamos com repulsa e indignação as calúnias daqueles que nos trazem suas histórias com o atestado da flor-de-lis no ombro". Isto é, em que pese os seus fundamentos que se



internacionalizaram posteriormente, a singularidade inglesa é perceptível em ferrenha contraposição àquilo que representa os povos continentais, principalmente a França.

Na gestação destas ideias, muito claramente, outros autores de diversas áreas foram compondo este nicho de conhecimento, como por exemplo, George Cuvier e Louis Agassiz. Eles agregaram saberes da geologia e paleontologia que foram fundamentais para realçar ideais segregacionistas, característica dos primórdios desta ideologia.

Pode-se dizer que a psicologia do neoliberalismo se baseia no segregacionismo pois que a separação dos entes humanos promove a exclusão. Quando a pessoa está à margem da sociedade que a ejetou, uma das consequências é se identificar a esta mesma estrutura social, buscando a sua reinserção, performando um processo ideológico-identitário.

Antes mesmo do surgimento do neoliberalismo, quando a sociedade burguesa estava se acomodando e estabelecendo seu poder, como Arendt (2012) afirma, ela já não precisava mais do Estado para se locupletar, pois seu processo de dominação se configurou também no mundo das ideias, em processos ideológicos que culminam com o aparecimento do neoliberalismo.

Desta forma, sujeitos que estão em grupos minoritários e com poucas condições de ascensão social, por exemplo, buscam os atributos psicossociais daqueles que estão no ponto culminante da sociedade para tentarem uma espécie de 'alpinismo social', uma longa escalada até o acesso restrito às riquezas.

Assim sendo, a concorrência entre pessoas, sustentada pela inveja entre elas, por exemplo, consistem num entrelaçamento de preceitos vigentes na instância do neoliberalismo como a instituição do livre mercado, a consolidação da sociedade burguesa, e os dispositivos de meritocracia etc. Portanto, aqueles que estão inseridos neste modelo social, se esforçam para não saírem para a dimensão da exclusão, que significa em outras palavras: a 'morte social', e os que já estão fora, das duas, uma: ou apenas se rendem e se acomodam ou então, como visto, buscam se reinserirem a fim de escalarem desesperadamente até o cume da sociedade. Obviamente, esta última situação leva uma vida toda para acontecer, não sendo garantido um final feliz, como por exemplo observa Piketty (2014).



O estudo das prioridades axiológicas é fundamental para a psicologia do neoliberalismo por que expõe a forma de como as pessoas entendem o mundo, e como elas pretendem atuar sobre ele. A 'axiologia' é o estudo dos valores humanos, dos princípios da vida em sociedade (COELHO JUNIOR, 2001). Daí um senso de ao menos dois extremos de uma mesma dimensão valorativa sendo que um destes pode ser mais ou menos priorizado que o outro ao longo da vida.

Nietzsche (2016) em vários de seus livros e mais propriamente em seu 'Genealogia da Moral', tenta desenvolver uma teoria dos valores e da moral, trazendo a ideia de que a sociedade humana (europeia) possui seus ideais calcados no racionalismo excessivo e que isto por si dilui o sentido de ser humano.

Na estruturação desta genealogia estão dois discursos fundamentais: o dos senhores e o dos escravos, duas classes de pessoas que fundam a base da sociedade humana. E entre estes discursos há o ressentimento, um sentimento relacionado ao discurso do despossuído, daquele que não possui o poder, isto é, dos escravos. O ressentido, portanto, é aquele que possui a 'moral baixa', pois está restringido pelo poder da autoridade do qual emana a moral vertida em lei.

Então, no seu percurso filosófico, ele estabelece inicialmente uma condição de maneira simples: "(...) a proposição principal: a moralidade não é outra coisa (portanto, antes de tudo, nada mais) senão a obediência aos costumes, sejam eles quais forem; ora, os costumes são a maneira tradicional de agir e de avaliar" (NIETZSCHE, 2008, p.29). Disto deriva que inicialmente, os costumes que permitem a sobrevivência do ser humano na natureza, são com o passar dos tempos transformados em normas para a manutenção dos diversos grupos sociais. Portanto, inseridos na moralidade, os valores são estes princípios norteadores daquilo que os seres humanos devem fazer para continuarem existindo através dos tempos.

Na psicologia, para Estramiana, Pereira, Monter e Zlobina (2013), os valores humanos, por serem dos seres humanos, também devem ser chamados de 'valores sociais' que nuclearmente na subjetividade humana são as cognições que permitirão senso de vida coletiva, de existência em comum.

É a isto que se chama de prioridades axiológicas, alguns valores que poderão nortear a vida das pessoas ou grupos sociais e que podem ser derivadas das necessidades básicas dos seres humanos (COELHO JUNIOR, 2001). Isto desde uma



concepção orgânica (como fome e sede, entre outras) até uma dimensão subjetiva (moralidade e criatividade, por exemplo) como explica Maslow (1970).

Isto significa que algumas necessidades são tão básicas que elas são perceptíveis e a falta daquilo que as possam suprir gera incômodo, dor e ansiedade (estas são as mais primárias), por outro lado, outras são de um nível tão suprapessoal que em verdade as pessoas que agem sob seu efeito pensam e se comportam em prol dos seus semelhantes, prioritariamente (ESTRAMIANA, PEREIRA, MONTER; ZLOBINA, 2013; MASLOW, 1970).

Portanto, se o neoliberalismo enquanto ideologia, propõe uma concepção individualista da essência humana, tal compreensão seria naturalmente contraditória. Mas como visto acima, até mesmo para este perfil de pessoas, há valores sociais que permitem que as elas se situem assim na composição da vida social humana: cidadãos que objetivam o egoísmo na sua existência ou o possuem como um elemento muito funcional.

Xavier (2019) esclarece que o egoísmo é um sentimento fundamental para o estabelecimento do 'si-mesmo', da compreensão de si, em detrimento do reconhecimento de terceiros. Em outras palavras, para se formar o meio social e as interações sociais, as pessoas devem valorizar suas próprias experiências pessoais, se reconhecer enquanto entidades viventes e desejantes. A potência de vida está na condição de ser um ente único, sendo que este indivíduo é quem constitui a sociedade; sua capacidade de desejar algo ou de estabelecer seus projetos de vida é o que o fazem um ser egoísta, pois que sua necessidade de sobreviver fica acima das necessidades dos demais que estão na mesma coletividade.

Esta psicologia da pessoa neoliberal, ou das pessoas no sistema capitalista imbuído da ideologia neoliberal, deve permitir uma ampla abertura às experiências das vivências ímpares na sua própria existência. As prioridades axiológicas devem estar situadas no eixo experimentação (emoção/estimulação, por exemplo) – realização (tal como êxito/autodireção) (COELHO JUNIOR, 2001).

Então os valores sociais, neste caso, podem encetar comportamentos socialmente direcionados ao individualismo, isto é, pensar em si em primeiro lugar, ser egoísta, buscar êxito para si, entre outras características em que a pessoa seja o centro dos benefícios que ela busca na sua existência em detrimento das demais. Isto



por outro ângulo não significa que estas pessoas não tenham convivência com terceiros ou que não se insiram em grupo sociais.

Coletividades que tenham o ‘caráter’ individualista, em geral constituem sociedades ditas com grande senso de autonomia (GOUVEIA; CLEMENTE, 1998). Em países como os Estados Unidos, por exemplo, os grupos sociais socializam suas crianças no sentido de elas serem autônomas e independentes, se responsabilizando por suas decisões e experiências. Talvez isto se tenha dado pelo tipo de colonização ocorrido nas Treze Colônias.

A estratégia de povoamento ao invés de extração como política colonialista pode ter facilitado a noção de sobrevivência a todo custo numa região inóspita. Assim expressa Tocqueville (2014a, p.39) que o produto final da experiência colonial no seio da sociedade norte-americana foi que: “(...) todas (famílias) pareciam destinadas a oferecer o desenvolvimento da liberdade, não a liberdade aristocrática de sua mãe-pátria, mas a liberdade burguesa e democrática de que a história do mundo ainda não apresentava um modelo completo”. Por estarem num processo de apropriação das terras e não de espoliação dos territórios, os colonos ingleses conseguiram manter seus valores pessoais em prol da sobrevivência e transcender tal sentido no estabelecimento de uma nação democrática.

von Mises (2015), ao explicar os avanços do capitalismo em detrimento dos ideais marxistas, identifica que a iniciativa privada é o cerne do sistema capitalista. A criatividade e a coragem de ousar que as pessoas possuem são as características necessárias para a formação de um sistema que se baseie no empreendedorismo e na prosperidade. É justamente neste ponto que a supracitada citação do autor francês diferencia o poderio da classe nobre da burguesa e indica o nascimento do neoliberalismo.

Os nobres herdaram a riqueza através de heranças, os burgueses têm a própria iniciativa para encontrar, explorar e concentrar os seus recursos. Isto é, a liberdade e o empreendimento privado são as bases para uma vida independente, sem se sustentar no Estado nacional. A nobreza é o Estado nacional, ela tem na imagem do rei (o maior dos nobres), a comprovação de sua dependência estatal.

A contínua intervenção do Estado impossibilita o arrojo da criatividade pessoal e anula a intrepidez em gerar inovações que não somente tragam lucro financeiro como auxiliem às pessoas a terem uma vida melhor. Sendo assim, o



individualismo é concebido por alguns autores como a melhor resposta às crises financeiras e também aos programas sociais (von MISES, 2015, 2016; XAVIER, 2019).

Na atualidade, com a ideologia neoliberal se estendendo sem grandes obstáculos pelo mundo, a sociedade brasileira também se moldou a ela. O perfil neste país é de uma massa de adolescentes e jovens adultos ainda como uma considerável parcela da população (faixa etária até os 29 anos de idade correspondente à 50,1%) em conformidade com os estudos do IBGE (2017).

Embora os idosos sejam um grupo cada vez maior no mundo (como nos casos emblemáticos da Espanha, Itália e Japão), são os jovens que possuem a supremacia nas diversas sociedades e assim será pelos próximos cinquenta anos ao menos (BRASIL, 2017; SANTANDER, 2020). Uma das características desta jovem geração é o consumismo, um outro traço é o ressentimento. Assim, Pondé (2014, p. 43) expressa que:

O ressentimento tem uma raiz profunda (o pânico diante da indiferença no universo vazio), mas um dos seus efeitos mais marcantes é exatamente a tendência de nos tornar superficiais, porque assim nos protege da consciência do próprio ressentimento. Desse modo, uma vida para o consumo cai bem, porque o ressentimento vive bem com a vida desperdiçada no consumo.

Desta forma, o ato quase compulsivo de consumir exageradamente gera um grande vazio existencial que alimenta um ressentimento quase que irracional. Aliás, o próprio comportamento consumista é algo insensato, mas está sustentado ideologicamente. As relações de troca comercial passam a ser mais importantes sendo isto um ponto extremamente negativo no neoliberalismo: a objetificação do ser humano e a consolidação da figura do fetiche, da representação do objeto, e não a valorização do próprio ser. Objetos inanimados são mais preciosos que seres humanos.

Os jovens são imaturos no que diz respeito às suas próprias vivências e até mesmo no aspecto fisiológico, por isso, se tornam presas fáceis nestas armadilhas que os envolvem. Não são somente consumidores ávidos, mas buscam desesperadamente viver, experimentar o máximo de sensações possíveis e, portanto, entram nestas relações de superconsumo quando são cooptados a serem intermediários e mercadores, transformando-se em bem-sucedidos exemplos de



enriquecimento desde a mais tenra idade. Desta forma, o neoliberalismo perdurará como uma forte ideologia por muitas décadas no futuro.



## CAPÍTULO IV

### A CIÊNCIA E O AUTODIDATA PERFEITO

O desenvolvimento científico ocorrido, principalmente, desde o século das luzes até os dias de hoje permitiu ao ser humano um comodismo até então jamais visto. O lazer, o ócio, passaram a ser momentos não somente de descanso e felicidade, mas também de exercício da criatividade e de surgimento de vários aspectos novos no mundo do trabalho, por exemplo (Di MASI, 2012).

No entanto, na longa história da humanidade, sempre houve autodidatas, isto é, pessoas que conseguem aprender a realizar funções ou desenvolver métodos e mesmo criar máquinas entre outras coisas, sem ter passado necessariamente por uma formação escolar ou acadêmica para isto. Como exemplos há: Alberto Santos Dumont, Bill Gates e Leonardo da Vinci.

Portanto, o autodidata, é a figura que encarna o neoliberalismo da forma mais fiel possível. Aquele que tudo resolve, deus de si mesmo, aquele que sabe sem de verdade conhecer, o personagem central que encanta e catalisa a inveja dos seus desafetos nas disputas ideológicas.

Todo o desenvolvimento tecnológico no geral pode ser utilizado para aumentar o lucro de empresas e ocasionalmente manter um país autônomo em relação aos demais, portanto senão a educação, mas a criatividade das pessoas deve ser preservada a fim de que possam impulsionar o sistema financeiro e o livre comércio.

Para Rand (1991), é o egoísmo que impulsiona as pessoas a sobreviverem e a conseguirem manter-se num estado de civilidade tal que através de seu esforço individual, as facilidades que outras gerações passadas não tiveram, serão geradas para as seguintes. No entanto, isto somente é alcançado se as pessoas tiverem uma dose de egoísmo que as permita competir por uma meta em comum, em uma sociedade livre em que impere o senso meritocrático.

Neste processo de empenho por criatividade a níveis altos e competição diária, a liberdade regulada pela condição racional do ser humano é que adequaria a sociedade para que não houvesse uma 'guerra de todos contra todos' como diria

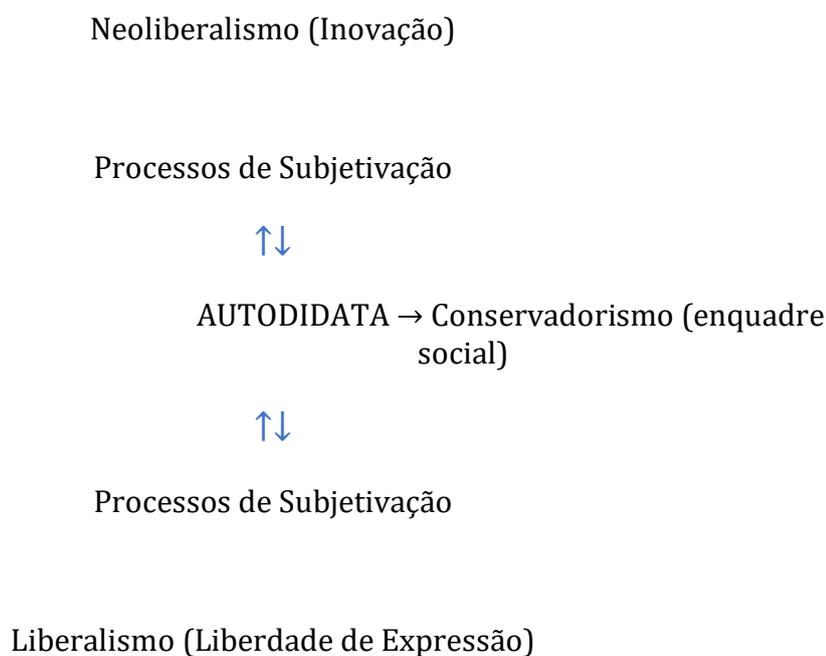


Hobbes (2014). A racionalidade deve ser formada até um termo em que o hábito egoísta não irá gerar um mal em comum à sociedade.

Este ponto, portanto, se dá na condição de que o cidadão possui iniciativa própria não somente para desenvolver novas máquinas, mas também novos conceitos, e qualquer outro produto que gere um amplo incremento econômico, competição e a notória inveja, ingredientes necessários para o sustento da sociedade do capital. Portanto, o autodidata é um personagem de alta relevância, pois catalisa e emula enquanto referência a necessidade que as pessoas criam para si em serem vitoriosas e não serem classificadas como derrotadas.

Os processos de subjetivação se relacionam à intrínseca condição de ser humano, ou impulsionam o desenvolvimento pessoal ao longo da existência. Esta qualidade se dá de forma histórica (MARTÍN-BARÓ, 2017), isto é, as pessoas se constituem dialeticamente, onde a estrutura genética e a personalidade formam o sujeito. Para além disso, a história dos sujeitos e da humanidade são constituintes da subjetividade. Na medida em que a pessoa vivencia a sua própria existência, a partir da socialização, isto é, o contato com outras pessoas, a sua criatividade também floresce, sendo o ambiente cultural fundamental para a formação do autodidata. Na figura abaixo e na sequência, tal concepção fica mais clara.

Figura 1. Relação ideológica do Autodidata





Neste ponto é importante identificar a confluência de alguns pensamentos do espectro ideológico triangular liberalismo-conservadorismo-neoliberalismo: No liberalismo, o direito de ir e vir e de criar, isto é, livre expressão ou livre informação é fundamental para a cimentação da liberdade, em conformidade com Locke (2019); por outro lado, esta liberdade tem que ser compreendida enquanto o ideal do ‘que fazer e como fazer’ numa delimitação de existência do sujeito, algo que para Scruton (2019) é fundamental; para o neoliberalismo, a capacidade criativa é aquilo que denota o perfil de liderança, a mobilidade social entre as classes das pessoas (até onde ela pode chegar com seu capital cultural, por exemplo) e suas possibilidades de sobrevivência, como expressa von Mises (2016), inovação é sobreviver.

Isto leva à discussão por exemplo, da questão dos direitos autorais. Segundo Kinsella (2010, p. 9) este princípio é “(...) um conceito amplo que cobre diversos tipos de direitos legalmente reconhecidos sobre algum tipo de criatividade intelectual, ou que estão de alguma forma relacionados a ideias”. Ou seja, tudo aquilo que as pessoas conseguem criar podem ser protegidos por leis que se não garantem um retorno financeiro ao menos impede que outras pessoas se apropriem indevidamente delas. Os direitos autorais, portanto, estão ligados à noção de propriedade privada e pública.

Em conformidade com Silva e Silva (2015), a propriedade intelectual está incorporada à compreensão de propriedade imaterial, isto é, aquela que não se corporifica em objetos e não pode ser às vezes transmitida a um herdeiro. No entanto, tanto a propriedade material quanto a imaterial (como por exemplo, os direitos autorais da publicação de um livro) estão relacionadas ao *status* social das pessoas e circunstância própria da política constituinte de uma sociedade, que vai permitir em maior ou menor grau a instituição de ‘coisa pública ou privada’.

O tema é caro ao complexo ideológico liberalismo-conservadorismo-neoliberalismo por que se de um lado a imagem do personagem central, ou seja, o autodidata, deve ser divulgada para que possa ser uma referência à nível social, por outro, sua produção deve ser protegida para benefício próprio (SILVA e SILVA, 2015). Isto é, valorizar o individualismo e o egoísmo, o apreço de si mesmo enquanto ser único.

A exposição é fundamental pois teoricamente gera inveja e competição. Tal ordenação é fundamental pois explica em parte o surgimento da inveja e competição



entre as pessoas. Por outro ângulo, a proteção da propriedade intelectual, aos direitos autorais, cria uma satisfação no autor ou inventor que o leva a sentir-se confortável para continuar produzindo e inovando (KINSELLA, 2010). Além disso, se vê como um ser único e lucrando com seus produtos, aquecendo o mercado e se destacando entre os demais (o prestígio para os autodidatas é tão importante quanto os ganhos financeiros).

Numa bem construída crítica ao objetivismo libertário, Kirk (2013, p.238) expressa: "(...) que esse mundo é um palco do ego com apetites e paixões de autoafirmação". Este individualismo extremista, portanto, não é uma unanimidade. Embora o conservadorismo indique a responsabilidade como um compromisso entre as pessoas que estabelece o laço social e também como característica essencial de cada ser humano enquanto uma condição inerente à sua existência (daí a importância de culpabilizar o sujeito e não o sistema social como aquele que origina as mazelas do dia-a-dia), isto não significa que haja aceitação generalizada da concepção mais liberal de mundo, é algo tolerável apenas.

Em resposta a isto, afirma Rand (1991, p.71): "Ao reduzir a responsabilidade pelos próprios interesses e pela própria vida, se reduz a responsabilidade de alguma vez ter de considerar o interesse e vida de outros – daqueles outros que devem, de alguma, maneira proporcionar a satisfação dos nossos próprios desejos". Ou seja, quando as pessoas retêm o seu interesse em suas próprias vidas, em suas metas estabelecidas nas suas necessidades, de fato, elas se libertam de laços sociais que possam ser de forma extrema, sufocantes, e estorvadores das suas potencialidades pessoais.

Ideologicamente, como já visto, o autodidata é o laço que encarna a união entre o liberalismo e o neoliberalismo, no entanto, ele é a figura que repele sensivelmente os ideais conservadores. Não é uma repulsa a ponto de rechaço. Talvez um bom exemplo para discernimento seja o da propriedade privada, tão caro a estas ideologias. Em verdade, para Rand (1991), o egoísmo leva à liberdade.

No liberalismo, Locke (2019, p.114) indica que: "A condição da vida humana, que necessita de trabalho e de materiais para serem trabalhados, introduz forçosamente as posses privadas". Aqui o autodidata consolida a sua própria representação que é da junção entre a liberdade de ser e a iniciativa de agir. Assim sendo, o autodidata é o vetor para a reprodução de várias 'posses privadas', pois



aquilo que ele inventa, dependendo do que seja, pode se tornar algo desejável, e necessário por gerar algum tipo de bem-estar, seja material ou psicológico. Sua ideia é reproduzida e as pessoas buscam adquiri-la.

Quando sua riqueza se constitui, o autodidata ultrapassou a linha mediana da sobrevivência, agora ele transcende ao simples fato de continuar existindo e está num patamar de usufruto da vida, de suas virtudes e prazeres; obviamente se souber equilibradamente utilizar de seus bens advindos do trabalho.

Esta figura é o expoente da ideologia neoliberal, centralizando as ações, por exemplo, nas *startups*, empresas que se formam pela perspicácia de seus gestores em identificar espaços ou brechas na sociedade que viabilizem a resolução de problemas simples do cotidiano. Quando um empreendedor percebe a solução para um 'gargalo', isto é, problema que afeta a uma parcela numerosa da população de um país ou diversas nações, este deve ter a capacidade de reverter sua ideia em lucro.

Então, muitos destes jovens que criam empresas no ambiente virtual, principalmente a partir do e-commerce e criação de *software* para mobilidade urbana (Waze) e compra de comida (Ifood), ou que condensem variadas formas de movimentação bancária (Nubank), ou mesmo outras com um leque diverso de alta tecnologia como a SpaceX, ou o Uber que de fato se iniciou como uma pequena *startup* na Alemanha, juntas a outras tantas como Spotify, Twitter e Pinterest, se percebe a riqueza da dimensão criativa destas pessoas e o valor ao empreendedorismo. Todas elas foram ideias que se tornaram realidades e consolidam imensas movimentações bancárias todos os anos determinando, portanto, o neoliberalismo como ideologia dominante na atualidade.

Portanto, as revoluções sociais são realizadas através da tecnologia e do comprometimento das pessoas em consumir produtos de alta qualidade e não mais sair às ruas para reivindicar algo. Inclusive, as petições de cunho social podem ser realizadas via redes sociais, asseverando o ócio produtivo como um sofisticado desenrolar das ideias de Di Masi (2012).

Se rebelar pode estar relacionado a promover rupturas com tradições a partir do ativismo eletrônico ao invés de se sair às ruas. A verdadeira quebra no encadeamento das tradições se dá pelo indivíduo e em como ele identifica os gargalos de cunho social que com a tecnologia ele pode solucionar e também lucrar.



Por isso o trabalho no terceiro setor é cada vez mais valioso, pois é um escudo às sucessivas ondas de desemprego motivadas pela aceleração do uso da inteligência artificial. Conforme Fava (2018), isto tudo se inicia sistematicamente mudando a educação, como será visto mais adiante ao se explicitar amiúde sobre as formas educacionais ao qual as ideologias se estabelecem. Uma educação voltada para a autonomia e para a liberdade, mas com entendimento crítico de que a inteligência artificial pode trazer o malefício da acomodação e indiferença.

Estes autodidatas são representantes natos de uma geração que deseja muito mais do que sobreviver, mas sim vencer, e enceta seus esforços na direção de uma revolução financeira e tecnológica que aparentemente não possui barreiras que a impeçam de continuar a ocorrer. O golpe final deste processo revolucionário pode ser definitivamente a concretude da filosofia do Estado Mínimo de Robert Nozick (REALE; ANTISERI, 2005). Este minimalismo de Estado leva à um individualismo tão extremo que o autodidata, pode representar no futuro o Estado em si.



## CAPÍTULO V

### O JOGO DA INVEJA, DA MERITOCRACIA E DO RESENTIMENTO

A origem etimológica da palavra inveja, pode ser do grego *'epikhairekakos'* (ἐπιχαίρεκακος) através do latim *invidia*, e do verbo *invideo*, que significa olhar atravessado, olhar de soslaio (RODRIGUES; CANIATO, 2013). Conforme Karnal (2017), a palavra também deriva da corruptela *invidere* que significa 'ver com maus olhos'.

Segundo Carvalho (2015), a inveja já era um sentimento reconhecido como negativo desde a época da Grécia antiga, mas também está muito bem relatado na bíblia cristã. No primeiro caso, o ostracismo, exílio, seria um dos instrumentos que os invejosos utilizavam contra aqueles que despontassem brilhantemente na sociedade; já na cultura judaica, a inveja é um sentimento problemático que permeou as relações familiares entre Adão e Eva, e, Caim e Abel, por exemplo. Mais adiante, a sociedade pré-medieval ainda distante do mercantilismo burguês, direcionava-se a um controle exacerbado deste dito 'pecado'.

Ainda no âmbito do cristianismo medieval, tal sentimento para São Tomás de Aquino (2015) era como que uma tristeza pela conquista efetuada por alguém e pela impossibilidade de não ter a mesma sorte. Assim sendo, aquilo que era um bem para o outro era concebido pelo invejoso como um mal, portanto nos dizeres do teólogo uma 'paixão da alma', isto é, um vício que afastava as pessoas das virtudes cristãs. A inveja desagregava a sociedade, por que ela ainda estava principiando uma efervescência que iria deflagrar o surgimento da sociedade burguesa, do capital, que é subsidiada por este sentimento para estabelecer o senso de competição.

Quando Rousseau (2017) 'desafiou o reino dos ricos' em seu livro explicativo sobre as diferenças sociais entre os homens, ficou mais fácil entender que a inveja pode ser enquadrada como um sentimento reflexo das reais condições de vida das pessoas. Despossuídos invejam e tentam obter posses, e os que possuem, querem possuir mais.

Sendo assim, logo se percebe que a configuração da sociedade ocidental em geral, se estrutura numa espécie de dialética que se sustenta entre o controle da conduta do indivíduo e o bem-estar da maioria, da coletividade. Esta preocupação



sobre a vida alheia, acaba por gerar um interesse sobre o outro. Esta 'alteridade do controle' é estabelecida na tentativa de gerar uma sociedade coercitiva, onde as pessoas estão sob vigilância não somente por causa das condutas, mas principalmente dos desejos.

É valioso explicar algumas distinções: principalmente entre inveja, ciúmes e ressentimento. A inveja, portanto, é "(...) basicamente um sentimento ruim provocado pela quebra da imagem positiva que cada um tende a fazer de si mesmo" (CARVALHO, 2015, p.9). Em Hobbes (2014, p.60) há a seguinte escrita:

O pesar suscitado pelo êxito de um competidor por riquezas, honras e outros bens, quando unido ao propósito de fortalecer nossas próprias aptidões para igualá-lo e superá-lo, chama-se emulação. Se estiver associado ao propósito de suplantar ou criar obstáculos a um competidor, recebe o nome de inveja.

Sendo assim, a base deste sentimento é a aniquilação gradual ou imediata da representação positiva que as pessoas possuem de si mesmas, ao perceberem que alguém obteve uma vantagem que o indivíduo que sente inveja não conseguiu ter ou usufruir. O invejoso está sempre em busca da superação, mas sua preocupação com terceiros é tão forte que ele sente dificuldades de alcançar seus objetivos e tenta prejudicar outras pessoas.

Por outro lado, Faus (1996) entende que o ciúmes não é inveja, embora possa ser um sentimento contíguo a ela. O ciúme que uma pessoa possui em relação à outra se estabelece a partir da sensação de posse, como se o outro fosse uma parcela de si que está sendo arrancada por um terceiro. Isto causa uma sensação de perda, mesmo que não tenha ocorrido, ou ao menos, sugere uma a sensação de insegurança.

Já o ressentimento afirma Reginster (2016), por uma concepção nietzschiana, é derivado de uma situação que se firma enquanto uma resposta a uma falha moral de outrem em relação a si. Ou seja, quando dentro de uma sociedade, uma pessoa possui uma obrigação moral determinada pelo grupo (como por exemplo, uma mãe que deve levar sua filha à escola) e que pela incapacidade deste em realizar o que é sua obrigação, gera inicialmente um sentimento de indignação, que tanto é maior quanto mais está relacionado com quem é atingido pela irresponsabilidade (a mãe que ao não levar sua filha à escola, permite sua reprovação nas diversas disciplinas, gerando a revolta de sua filha, por exemplo). O



ressentimento então estaria ligado a inoperância de um (mãe) em relação ao impedimento do outro (filha).

Desta forma, o ciúme e o ressentimento são sentimentos hostis criados no contexto social, isto é, somente existem se houverem alteridade, na falta de um outro é impossível desenvolvê-los, assim como a própria inveja (FAUS, 1996; PONDÉ, 2014; REGINSTER, 2016; RODRIGUES; CANIATO, 2013). No entanto, a dimensão constituinte deles é que é distinta: num, o medo da perda do objeto predileto, no outro o desvalor pela irresponsabilidade moral. Na inveja, há a supervalorização de um terceiro.

No conservadorismo, a inveja e seus 'sentimentos satélites': ciúme e ressentimento, pode ser mais vista como um pecado do que qualquer outra coisa, haja vista a íntima relação desta ideologia com a religião cristã, como é explicitado em São Tomás de Aquino (2015). A inveja, portanto, gera mal-estar psicológico na coletividade e deve ser combatida por ser insidiosa. Hobbes (1993, 2014) identifica a inveja como uma paixão ardilosa que permeia a sedição política e a solvência do grupo social.

Schopenhauer (2014), por exemplo, compreende que a representação de si tem efeito na produção da fama, e da inveja. A vontade de suplantar os outros reproduz em grande escala aquilo que as pessoas têm de pior, sendo a inveja o sentimento catalisador das condutas que podem ser tidas como negativas e rotineiras ao gênero humano. Assim ele escreve:

*Inveja e piedade, todos têm em si esses dois sentimentos diametralmente opostos; origina-os a comparação involuntária, inevitável da nossa própria situação com a dos outros. (...) A inveja só faz elevar, engrossar, consolidar o muro que se erguia entre tu e eu (p.104).*

A inveja enquanto componente natural da vida humana pode ser uma espécie de vontade do ser humano em constituir as satisfações de suas necessidades; todavia se coloca também como obstáculo pois não permite que o sujeito concretize sua existência com plenitude pois sempre haverá lastimavelmente algo que se deseje e constitua mais vontade. Portanto, um ciclo vicioso (SCHOPENHAUER, 2005, 2014), enraizado na vida social humana e que faz com que a sociedade corrompa o espírito do homem (ROUSSEAU, 2017).



Se por um lado, a inveja é o excesso de desvalorização de si perante o êxito de uma pessoa em relação aos demais, ela muitas vezes expõe a mediocridade alheia; todavia faz com que comportamentos inadequados sejam expostos, e refletem o esvaziamento do espírito, da psiquê (KARNAL, 2017). Por outro lado, na concepção liberal, a inveja é o sentimento que impede o desenvolvimento das sociedades (PAIM, 2004). A ideia nesta ideologia é que ele obstrui o desenvolvimento pessoal e social.

No liberalismo, é fundamental que o sujeito tenha liberdade e autonomia para realizar as ações que sua consciência defina como relevantes para adquirir bem-estar material, principalmente, e proteção legal. Mas a inveja gera pessoas subservientes, principalmente ao Estado, que se acomodam ao invés de planejarem metas pessoais elevadas. Elas ficam estagnadas e insatisfeitas ao longo de suas vidas e com o ‘olho grande’ naqueles que alcançam ascensão social. Assim Tocqueville (2014b, p. 312) afirma:

Não direi que este desejo universal e imoderado das funções públicas seja um grande mal social; que destrua, em cada cidadão, o espírito de independência e difunda em todo o corpo da nação um humor venal e servil; que sufoque as virtudes viris. Tampouco observarei que uma indústria dessa espécie não cria senão uma atividade improdutiva e agita o país sem o fecundar. Tudo isso é fácil de entender. Mas quero notar que o governo que favorece semelhante tendência arrisca sua tranquilidade e expõe sua vida mesma a um grande perigo.

Sendo assim, Paim (2004) entende que o sentimento correto para sair deste auto-ostracismo é a admiração pelos ricos e empreendedores autodidatas, e, encará-los como referências de vida. Por outro lado, a inveja serve para controlar pessoas que estão numa oposição sólida ao sistema capitalista e classificá-las enquanto seres incapazes.

Ao se incluir sujeitos que se oponham ao capital numa dita categoria dos ‘invejosos’, a estratégia é desarticular qualquer espécie de contra-argumentação desabonadora da sociedade burguesa. Esta condição de desaprovação, não permite que o opositor crie uma crítica objetiva, o que formaliza uma sensação de falta de credibilidade daqueles que acusam a ideologia liberal e seu ‘sistema’ (o capitalismo), de destruidores do gênero humano.

Um aspecto nestas relações de intersubjetividade é o jogo meritocrático, fundamental pilar ideológico do neoliberalismo. A sociedade capitalista promove a



inveja para que haja competitividade entre as pessoas. Ainda seguindo o pensamento de Schopenhauer (2005), isto gera um esvaziamento de si permitindo ao mesmo tempo uma incessante luta por objetivos existenciais muitas vezes inalcançáveis aos sujeitos. A ansiedade derivada disto significa uma 'terceirização das responsabilidades' onde a sociedade não se imiscui nos deveres de promover proteção e ascensão social, legando aos esforços próprios dos sujeitos, estas possibilidades. Se a pessoa falha, não foi por culpa da sociedade e sim das suas próprias limitações individuais, como por exemplo, lassidão ou desmedida cupidez.

Aliás, o ócio e a cobiça, pecados e vícios na perspectiva tomista (TOMAS DE AQUINO, 2015) podem ser bem repensados e se tornarem dispositivos volitivos que permitem às massas, o esforço individual em direção dos seus próprios desígnios (DI MASI, 2012). O individualismo é um conceito fundamental para a ideologia neoliberal pois define que as pessoas devem elas próprias construir suas estradas donde conseguirão alçar a ascensão social por seus esforços e nada mais. Quanto menos dependerem do Estado e mais confiarem em si, elas terão mais forças em abrir espaço no meio de tantos outros postulantes para fazer realidade seus sonhos (PETRUCCIANI, 2014; TOCQUEVILLE, 2014b; von MISES, 2016).

O individualismo, portanto, anda de mãos dadas com a meritocracia. Esta última é a perspectiva onde dentro de um sistema social, os melhores alcançam o ápice e a supremacia do poder. Platão (2014) indicava que as duas melhores formas de governo seriam a monarquia e a aristocracia. Em ambas configurações políticas as virtudes estabeleceriam os mais aptos na articulação política. A figura do *basileus* (basileu, o rei-filósofo) é justamente o da pessoa que usa do seu conhecimento para instituir uma sociedade virtuosa e estável.

Na ideologia neoliberal, o basileu, o sujeito melhor, é aquele que é instigado por suas necessidades próprias e ideais. Ele compete infatigavelmente a fim de alcançar suas metas. Pode ser o caso como visto anteriormente, do autodidata, do empreendedor, do executivo da iniciativa privada, todos atores sociais que instituem a partir do ponto de competitividade individualista, um conjunto de relações sociais que tem como ponto forte, o desafio em lutar por uma vida melhor e a gana financeira.

No entanto, não se pode negar que apenas características internas, como os traços de personalidade sejam aqueles que irão motivar as pessoas, ou aspectos



volitivos e de necessidades individuais como escreve Maslow (1970). Questões sociais obviamente também irão se inserir nas maiores condições de ser ou não mais competitivo e ter ou não mais expectativa de gerar mais oportunidades de crescimento na sociedade. Até mesmo a forma como as pessoas são socializadas nos endogrupos definirá o perfil das sociedades, sendo mais propensas à autonomia individual ou mais dependentes do seu grupo e Estado (GOUVEIA; CLEMENTE, 1998).

Por exemplo, no momento em que a pandemia varre todas as sociedades, o mercado financeiro reage com retração (SANTANDER, 2020). Sendo assim, ocorre este perigoso jogo que é o da provocação da inveja em uma massa de pessoas que pode estar sendo alijada do mercado de trabalho e vendo sua renda pessoal e familiar drasticamente reduzida à sua revelia por conta do desemprego.

Portanto, a inveja ou pode vir aliada do ressentimento, ou pior ainda, o ressentimento puro em simples pode se consolidar como uma reação a tal situação, por mais momentânea que seja, pois, o ressentimento é um sentimento que como a inveja pode provocar condutas sociais reprováveis como por exemplo, comportamentos agressivos e motins.



## CAPÍTULO VI

### O CENÁRIO RELIGIOSO

O brasileiro é um povo religioso e por conta disto, a religiosidade é um elemento da identidade deste povo. Embora haja marcadamente um sincretismo por conta das diversas etnias, o Brasil é um país multirracial e multicultural, e a religião cristã prevalece como a mais popular (DIEGUES JUNIOR, 2012; FREYRE, 1989).

No entanto, o cristianismo alçou o *status* de religião oficial durante um largo período colonial e monárquico esmagando as crenças indígenas e africanas que por sua vez foram relegadas à um plano secundário e até mesmo perseguidas (DIEGUES JUNIOR, 2012; FRIAS; RIBEIRO, 2015). Neste sentido, o acossamento religioso pode ter como resultado uma cicatriz muito mais profunda:

Quando o discurso sobre o outro tende a dominar o discurso do outro, degenera habitualmente em um discurso à revelia do outro, podendo contribuir para a morte do outro (e para a morte das civilizações). O paradoxo merece ser sublinhado (LAPLATINE, 2017, p. 185).

De forma geral, religião sempre foi um dos grandes problemas sociais da humanidade, não por que faz as pessoas se entregarem às divindades que estão em uma outra dimensão, num plano sobrenatural que as permita inferir no plano terrestre continuamente, mas por que aliena as pessoas de seus deveres cívicos e muitas vezes faz com que as massas populares se rendam aos desmandos de gente inescrupulosa que se aproveita da ingenuidade e vulnerabilidade alheia. O quebra-cabeças está na quase frequente impossibilidade de não a utilizar como instrumento de dominação e controle social (MARX; ENGELS, .2015).

Embora as religiões possam libertar e gerar autonomia, historicamente elas acabam sendo o centro de discórdia. Esta propensão está de acordo com as perseguições milenares por conta das diferenças entre elas, e também porque é uma forma de manobra política (FREYRE, 1989).

Ao dimensionar o quadro ideológico tradicional, o conservadorismo se sustenta e subsidia as denominações religiosas em sua diversidade por que como se baseia nas leis divinas e/ou da natureza, parte do pressuposto que as coisas no



mundo já estão pré-estabelecidas e sem muito espaço decisional para o ente humano. Desta forma, qualquer mudança ou transformação social é forçosamente vista como um engodo, com no mínimo um bom grau de suspeita (BURKE, 2017). Neste sentido, numa comparação de ideais:

O progressismo se identificou com as regras da organização do desenvolvimento, aceitando-as como objetivas e dotadas de uma lógica própria e insuperável, se bem que de tipo probabilista. Mas, desta maneira, adotou a tendência conservadora de rejeitar o avanço rápido e constante e de fixar os contornos da dinâmica social; conseqüentemente, o que o conservadorismo pretendia obter, servindo-se do poder político, é agora perdido à objetividade das normas de organização (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 246).

Isto significa dizer que os ideais progressistas se direcionaram à uma concepção de mundo artificialista, baseando-se nas ciências para moldar o mundo à imagem do homem. A capacidade humana de planejar e estipular seu próprio futuro foi fundamental para que o progressismo enquanto um viés ideológico se consolidasse como opção ao conservadorismo.

No entanto, o próprio progressismo pecou em tentar condicionar as possibilidades de desenvolvimento social a planejamentos que muitas vezes não condiziam às necessidades de bem-estar social e subjetivo das pessoas, e, em verdade a resposta a isto, foi insatisfação generalizada que acabou por reverter numa cada vez maior valorização do pensamento conservador-religioso.

Isto por sua vez formalizou dois contrapontos importantes: -concretização do neoliberalismo como realidade social, inclusive em países em desenvolvimento e o retorno das grandes massas às religiões (não só de matiz tradicional, mas também aquelas que surgiram na esteira do falhaço progressista).

Todavia, o surgimento do Estado laico é uma forma de impedir que deturpações, inclusive de cunho ideológico, maculem as religiões ao mesmo tempo em que impedem que elas se transformem em um instrumento de controle social e de cerceamento das massas. Conforme Cury (2018), durante o período feudal na Europa, o poder religioso oscilou perante as políticas internas dos reinos em prol da fundação dos Estados Nacionais, em que pese os excessos de guerras de religião até o século XVIII.



A Revolução Francesa (1789) por sua vez, junto com os ideais racionalistas e cientificistas dos iluministas parece ter sido o golpe fatal para a queda do poderio sacerdotal. Em 1790, a Assembleia Nacional Constituinte votou favoravelmente ao fim do servilismo eliminando radicalmente o feudalismo do país e foi mais longe: determinou a nacionalização de todos os bens da Igreja Católica e, por conseguinte a tutela desta pelo Estado (LEFEVRE, 1985). Assim se concretizou um dos temores de Burke (2017) que era a radicalização da revolução e uma ruptura total com as tradições da sociedade ocidental de linhagem judaico-cristão. Desta forma, Mészáros (2011, p. 995) destaca que:

O poder da religião no Ocidente evaporou-se quase que completamente há muito tempo, mas este fato tem sido mascarado pela persistência de seus rituais e, sobretudo, pelo funcionamento efetivo de religiões-substitutas, desde o culto abstrato da “frugalidade” no passado mais remoto até a religião da “soberania do consumidor”, da “onipotência tecnológica” e outras semelhantes, mais recentemente.

Com a laicização do Estado francês, esta ação de separar o Estado da Igreja, se tornou referência para a política no século seguinte. A revelia do impacto psicológico derivado desta cisão, tendo como seu produto reativo principal, o conservadorismo ultramontano, por exemplo, esta resolução permitiu uma maior liberdade para as políticas que redundaram no enraizamento do capitalismo na vida ocidental desde então. É justamente neste período que o liberalismo é intermitentemente solapado por sua própria vertente moderna e embrionária: o neoliberalismo.

Como indica Mészáros (2011), um profundo processo de enfraquecimento religioso, que já ocorria desde o fim da idade média, passou a ser acelerado pela mercantilização não somente da própria religião, mas também da vida pessoal no ocidente. Tanto Burke (2017) quanto Marx e Engels (2015) cada um ao seu modo e em seu tempo, denunciaram isso. A frugalidade da vida burguesa, todavia originou o desencanto em relação ao conservadorismo e à empatia acerca dos mais pobres e desvalidos. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 244) escrevem que:

No decorrer do século XIX, o progressismo se foi construindo baseado em três hipóteses fundamentais: a científica, que fez das ciências naturais modelos a imitar no desenvolvimento das ciências humanas e do próprio homem; a democrática, que viu na extensão do poder de decisão política a todos os indivíduos o melhor resultado a que se poderia chegar; a



histórico-materialista, que fez da luta de classes o pré-requisito do necessário progresso humano. Combinadas entre si dos modos mais variados, estas hipóteses foram usadas como modelos interpretativos e como ideologia nas grandes transformações do século passado. Sua dinâmica tornou impossível a estabilização de qualquer novo equilíbrio de poder, sempre desmascarado como insuficiente.

Esta mudança social liderada pela constituição do Estado laico, por outro ângulo, também mais lentamente vai gerar uma reação alojada no espectro ideológico à esquerda e, portanto, mais progressista aos conservadores e liberais, como citado acima. O caminho 'histórico-materialista' fez recrudescer uma reação impositiva a partir do proletariado (MARX; ENGELS, 2010) que resultou mais tarde em diversos processos revolucionários, onde a religião foi simplesmente varrida oficialmente da vida social das pessoas. Um impressionante racionalismo passou a substituir os hábitos religiosos nestes países revolucionários.

O liberalismo foi importante pois preconizava desde o seu princípio a liberdade do comportamento religioso independente do ritual conforme escrevia Locke (2014). Isto era imprescindível para gerar o bem-estar social e psicológico fundamental para o exercício dos direitos civis, dentre eles, o da própria liberdade religiosa. Esta independência é tão valiosa que segundo Paim (2004), ainda no século XX, correntes jurídicas se sustentavam tendo como base a ideia de 'divina providência'.

Um outro exemplo que é derivado da noção do alvedrio pessoal é no que concerne à formação da família. Sempre tão bem cuidado do ponto de vista religioso, este grupo social primário é o fundamento *per si* da sociedade. Outrora concebida como aparato de origem dos bons hábitos, a família hoje passou por transformações tão fortes que contesta o modelo tradicional.

Estas metamorfoses são um ponto de inflexão de tamanha envergadura que se condensou na 'batalha sobre a ideologia de gênero' provocada pelo enfraquecimento do conservadorismo ao longo do século XIX. O liberalismo produziu o espaço necessário para a abertura fundamental do surgimento do direito da família e conseqüentemente uma visão progressista composta na condição tal que as pessoas pudessem legitimamente se enxergar como entes de direito. Isto permitiu que no século XX houvessem o surgimento explicitamente de vários tipos de famílias, como as monoparentais, famílias unipessoais, as famílias homoafetivas,



as famílias anaparentais e as famílias mosaico. Isto causou polêmicas e o recrudescimento do preconceito em relação à comunidade LGBT, por exemplo.

Numa perspectiva mais progressista, a família apenas reflete o sistema capitalista, atrelando a mulher ao marido numa perpetuação da opressão do patriarcalismo sobre o gênero feminino. A dissertação que Engels (2019) escreve, é uma análise histórica em que demonstra justamente esta dominação e as amarras ideológicas que permitem que isto seja perene ao comparar as relações matrimoniais de diversas culturas. As religiões, principalmente no ocidente, exerceram uma força considerável para que estas relações de dominação fossem estabelecidas no seio da família.

Por outro lado, o neoliberalismo adota uma concepção mais monetária da religião. O poderoso proselitismo calcado em vultosas quantias de dinheiro pode gerar manipulação das massas; todavia, as pessoas são empurradas de um sistema religioso para o sistema capitalista e vice-versa (CARMO FILHO, 2011).

A verdadeira religião de amor que salva, aparentemente, assim como afirma Friedrich Nietzsche, nunca existiu. Importante notar que entre a lucratividade do mercado financeiro e a possibilidade de uma maior influência social das religiões, o neoliberalismo indica que os processos religiosos devem ficar em segundo plano ou simplesmente serem suplantados por esta ideologia (von MISES, 2010a).

Este vai-e-vem religioso se dá por conta da insegurança que é estabelecida entre estes sistemas: o capitalismo gera incertezas de cunho financeiro, as pessoas não sabem se terão recursos para sobreviver até o dia seguinte, de outra forma, as faltas de garantia também se estabelecem em relação ao mundo espiritual. Na medida em que as pessoas caem em pecado, elas veem minguar as suas possibilidades de terem os seus 'pós-vida' em graça divina e eterna. E para o fiel, isto traz temor, posto que é uma incerteza também o que se esperar do 'outro mundo'. Desta forma, é possível que as pessoas se estabeleçam à meio termo entre as exigências do capital e as incertezas da vida espiritual buscando uma espécie de ascensão social por meio da religião.

No entanto, esta sistematização de existência e religiosidade pode ser algo anterior ao que geralmente se coloca como uma característica da Reforma Protestante no mundo ocidental. Em verdade, este evento religioso que marca a história da Europa como ilustra Lindberg (2017, p.66) aponta que:



A nova moralidade empreendedora, contabilista e cumulativa – uma ética capitalista, não uma ética protestante – infectou relações interpessoais e religiosas. Este individualismo, cuja progressão ocorreu de forma lenta, estimulou um senso inebriante de liberação e uma insegurança mórbida de terror diante da perda desses ‘eu’ recém-descoberto em face da morte.

Em suma, a Reforma Protestante não fundamentou o capitalismo, ainda embrionário num mundo mercantilista, mas já era uma resposta religiosa à esta germinação. A instabilidade social permanente ao qual as pessoas são lançadas desde o início dos tempos, muitas vezes as fazem reagir de forma singular.

Assim Lutero (2017, p. 192), expressa que: “Daí resulta que somente a fé justifica e cumpre a lei. Pois é ela que traz o Espírito que vem do mérito de Cristo. (...) Assim, as boas obras vêm da própria fé”. Esta pequena passagem é o que Lindberg (2017) chama de ‘rompimento de molde’ da teologia medieval, pois retira dos ombros do pecador a obsessão por ‘boas obras’ em favor de si, para redimensionar a situação em prol da simplória alegria de fazer o que é bom pois a justiça divina aceitou o pecador faltando a este nisto acreditar. Foi um acontecimento que permitiu posteriormente o surgimento de um novo conjunto de teologias no âmbito cristão (teologia do domínio, teologia da libertação, teologia da prosperidade entre outras).

O impacto psicológico no pensamento social da época foi devastador. A noção de liberdade se concretizou em diversas matizes, como por exemplo a missa ser realizada na língua vernácula. Apesar do comum conservadorismo religioso, no seio da Reforma já havia o liberalismo que depois se condensou em ideologia e que posteriormente permitiu o surgimento do neoliberalismo a seguir com a consolidação do capitalismo.

Todavia, é necessário identificar os efeitos deletérios das mudanças de comportamento religioso. Dois exemplos são característicos: um primeiro que expõe a deturpação do legado reformista no cristianismo e o segundo tendo em vista a radicalização do conservadorismo islâmico.

No primeiro caso, Carmo Filho (2011) escreve que o desenvolvimento da experiência reformista acabou por vindicar novas concepções que se distanciaram daqueles que estavam presentes nas premissas originais. Por isto, a nova corrente de modalidade religiosa “(...) surgia com uma mensagem apocalíptica (...) utilitária para o aqui e o agora, focalizando a fé dos seus adeptos nas riquezas e aquisições



materiais, como sinal das bênçãos e prosperidade divinas” (p. 104), e ainda segue: “Para o controle de qualidade’ da fé os adeptos eram instruídos no bom relacionamento com Deus, a acrescentarem ao vocabulário evangélico palavras como ‘exijo’, ‘decreto’, ‘determino’, ‘reivindico’ (...) estes verbos substituíram os outros ensinados pelo Protestantismo histórico, como: ‘pedir’, ‘rogar’, ‘suplicar’”.

Em outras palavras, aquilo que era o suspiro de liberdade, de liberalismo, a abertura de nova via numa estrada de conservadorismo medonha acabou por ser deturpada ao longo dos séculos para um contraponto de manipulação mercadológica sem precedentes. Isto faz parte do cenário religioso atual, inclusive na forma religiosa de se intrometer na política.

O segundo caso é pautado pela Revolução Iraniana de 1979, que foi um movimento não somente político, mas também religioso. Coggiola (2008), menciona acerca do contexto social iraniano logo anterior à revolução que: “(...) foram divididas terras das instituições religiosas (o que diminuiu suas rendas) e concedido o direito ao voto às mulheres (o que foi visto pelos líderes religiosos como um plano para ‘trazer as mulheres para as ruas’)” e ainda: “A revolução iraniana desdobrou-se rapidamente, adquirindo conteúdo de classe. O funcionalismo público e os bancários tiveram papel fundamental na exposição da corrupção do regime” (p. 64/65).

Isto é, mais uma vez as condições sócio-históricas permitiram uma nova revolução religiosa, só que no oriente. Pode-se refletir que a revolução iraniana foi uma reação tardia de uma longa ação de racionalização decorrente de uma histórica e comum negação das próprias raízes culturais do milenar povo persa. A decisão da monarquia em ocidentalizar os costumes como um imperativo de modernismo levou a uma reação pautada na convicção de que o regime governamental era hipócrita e baseado na concupiscência (COGGIOLA, 2008).

Muito parece que os cenários religiosos mudam não somente em conformidade com o que ocorre na sociedade, mas também antecipam a realidade social, captam os anseios populares ainda na sua configuração mais rudimentar e conseguem impulsionar o que era desejo em ação, muitas vezes desorganizadas, e, outras vezes muito bem orquestradas.

Em ambos os casos, tanto na Reforma Protestante quanto na Revolução Iraniana, os intelectuais foram essenciais para a guinada que levou à mudanças



sociais. No primeiro caso: Martinho Lutero e Philip Melanchthon entre tantos outros e no segundo caso, Ali Shariati que como outrem buscaram melhorias no seu país. Todos não se furtaram partir para ação a fim de ajudar na transformação social.

Por fim, equilibrando os pesos daquilo que as religiões enquanto movimentos de massas populares podem explicitar de muito positivo: as comunhões na coletividade que permitem as pessoas sentirem-se sintonizadas em algo aparentemente maior que elas mesmas, o senso de identidade social, o foco na expectativa de uma vida melhor, a proteção que é buscada comumente pelos seres humanos (por exemplo, os despossuídos muitas vezes procuram sustento material e financeiro, enquanto os abastados buscam não perder justamente isto).

Se Cury (2018) entende que o Estado laico foi uma estratégia política para equalizar um processo de transição tanto histórico quanto político, Lutero (2017) em sua função de professor e sacerdote conseguiu dinamizar toda uma conjuntura justamente quando percebeu a possibilidade de mudança. Esta alteração de trajetória marcou o início de uma nova era de liberdade e independência para o cidadão comum.

Por outro lado, aquilo que é negativo: as deturpações que permitem a manipulação da subjetividade, monopólio da política, revigoração das superstições e do misticismo e concupiscência generalizada, isto é: neoliberalização da religião e aniquilamento da espiritualidade; além disto, como Mészáros (2009) assinala, o uso da 'providência divina' como forma explicativa dos fenômenos sociais e subjetivos pelos filões científicos burgueses, estratégia para não se usar a ciência como instrumento de transformação social, tudo isso, é o que a laicização forçada e o represamento das crenças e dos comportamentos religiosos gerou.

Muitas vezes quando as pessoas não têm acesso à uma compreensão razoável de uma instância religiosa, ou mesmo educacional, ocorrem inúmeras adulterações como estas acima elencadas. Diversas situações que geram constrangimento, violência ou simples misticismo acabam por serem cada vez mais comuns fazendo parte do cenário religioso desde os tempos passados até a atualidade (CALADO, 2000; FRIAS; RIBEIRO, 2015; HUXLEY, 2014).



## CAPÍTULO VII

### A GUERRA IDEOLÓGICA ENTORNO DO COVID-19

Em conformidade com Ujvari (2008, 2011), os seres humanos vivem num mundo infestados por outros seres microscópicos que tanto podem fazer o bem quanto lhes deixar em situações de calamidade pública. De tempos em tempos, tais criaturas surgem com força rompendo a pretensa normalidade da rotina da vida humana.

Quando irrompem a barreira das espécies geram grandes males como as pandemias, assim sendo com a peste negra, a cólera, a varíola, a *influenza*, a síndrome de imunodeficiência adquirida, e, atualmente o SARS-CoV-2. Neste último caso, os Coronaviridae, família ao qual pertencem os Coronavírus, atuam efetivamente nas vias respiratórias e neurológicas. Em conformidade com Codeço (2020), o impacto do contágio pelo vírus é muito grande devido à sua extensão continental, problemas crônicos na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), e, educação para a saúde ignorada por parte da população, o que leva as pessoas a relativizarem a alta capacidade de infecção deste microrganismo.

Logo no primeiro capítulo do livro “Pandemias: A humanidade em risco” de Stefan Ujvari, o autor apresenta um evento de alto contágio ocorrido no início do século XXI no sul da China: a infecção generalizada por SARS em 2003. Quase como que a partir de um senso de vidência, Ujvari (2011, p. 10), expressa preocupação com futuros desencadeamentos de pandemia:

Agora, na província de Guangdong, os vírus dos civetas conseguiram transpor a espécie. Partem dos gatos almiscarados e atingem a espécie humana. Inicia-se uma nova história para esse vírus, que se multiplicará e tentará perpetuar sua sobrevivência através do homem. Dá-se início a epidemia humana de SARS que matou 10% dos acometidos e quase se globalizou em pandemia. Quem disse que não estamos sujeitos a uma nova epidemia mortal causada por um vírus desconhecido?

Não menos interessante é notar que Guangdong não fica muito distante da outra província donde se originou, de fato, o novo surto evidenciado pelo autor supracitado: Hubei, cujo epicentro do contágio foi a cidade de Wuhan. Muito expressamente não se trata de vidência, mas sim de predição científica de um fato.



As origens para a repetição do contágio se deram por: procedimentos de prevenção em saúde escassos, falta de higiene da população, e, pela insistência do governo local em não difundir, a tempo, informações que pudessem salvar vidas (UJVARI, 2011).

A pandemia praticamente paralisou a sociedade humana. O sistema financeiro pujante simplesmente quase foi à bancarrota depois de tentar resistir à ceifa de vidas humanas e à depressão do mercado financeiro internacional (PETERSON-WITHORN, 2020). Perante este panorama o vírus passou não somente a fazer parte do cotidiano das pessoas, mas também foi introduzido nas disputas ideológicas que não cessaram de ocorrer.

Ainda no início do ano de 2020, com a explosão da pandemia tendo como epicentro a China, logo, o vírus foi feito refém de um embate ideológico que permeou todos os esforços de se encontrar uma vacina (SOUSA; BRIONES; MACAMBIRA, 2020). E é justamente neste ponto em que, por conta da contradição ideológica, os diversos discursos vieram à tona, mostrando uma 'guerra secreta' em torno desta doença.

Este campo de batalha se deu por conta do revigoramento da ideologia conservadora nos últimos anos e também por sua característica de contestação da ciência e do desenvolvimento tecnológico, desalento em relação a qualquer concepção de homem e mundo que se distancie do naturalismo e se aproxime do contratualismo entre outras (MANNHEIM, 1972; SCRUTON, 2014). Uma das formas de reviravolta ideológica foi utilizando maciçamente as redes sociais por meio das *fake news*, isto é, divulgação de informações falsas, boatos, alcançando milhares de pessoas em pouco tempo (FAUSTINO, 2020).

As *fake news* geralmente são geradas com intenção de difamar, deseducar e gerar discórdia entre as pessoas (FIGUEIRAS; SANTOS, 2019). São utilizadas ultimamente em eleições e para degradar figuras políticas ou mesmo da área de entretenimento. No caso da pandemia, elas foram deflagradas continuamente com a intenção de expor teorias da conspiração que alegavam que o vírus não existia ou mesmo que ele havia sido criado por tecnologia biomédica.

Para tanto, em relação as *fake news*, mesmo que ainda não haja uma legislação efetiva e específica contra elas, no sentido de sua excessiva publicação na internet, podem ser situadas enquanto uma sólida comprovação da transgressão de



leis, ao menos no Brasil, principalmente no que corresponde ao ato de caluniar terceiros (FAUSTINO, 2020; FIGUEIRAS; SANTOS, 2019).

É uma ação muito científica descobrir o agente patogênico de uma doença e ainda mais, estudá-lo a fim de que não faça mal às pessoas. Obviamente que o conservadorismo enquanto ideologia não objetiva a extinção da humanidade suprimindo a capacidade tecnológica de destruir microrganismos agressivos, no entanto, é concebido como temerário, o enfraquecimento da ciência por que algumas pessoas pensam que ela possa se sobrepor à concepção de natureza divina, por exemplo.

Esta supremacia da ciência é que é malvista e, por conseguinte combatida. No entanto, enquanto ideologia, sua contradição é muito clara ao atacar uma das estruturas mais aprimoradas de suporte de vida que a humanidade desenvolveu ao longo dos milênios.

No entanto, como Calado (2000, p. 43) escreve: “Tempos liminares são propícios à emergência de iniciativas de caráter apocalíptico/messiânico, a exemplo do que só acontece em finais de século (...)”, sendo também um indicativo do contexto atual em que o medo do fim (podendo ser o fim do mundo, o fim da vida, o fim do universo...) se concretiza num posicionamento defensivo que fortalece o conservadorismo, fazendo dele uma realidade social palpável (MANNHEIM, 1972).

A reação conservadora, e o resgate do seu *status quo*, portanto, giram em torno de questões sobretudo, sociais, pois que congregam as massas numa tentativa de resolução de fenômenos e eventos difíceis de se entender e que possuem uma resposta muitas vezes simplória. No caso do problema de saúde que é a pandemia, com toda a dificuldade de logística que acarreta e com a incapacidade de confrontar tão terrível realidade, o conservadorismo presenteia sua militância e a sociedade com pírias estratégias diversionistas a fim de acalmá-las. O produto disto é a mais completa inércia, e, muitas mortes.

Á despeito do liberalismo, enquanto uma ideologia cuja promessa é o respeito pela singularidade alheia ao extremo, a liberdade é algo que deve ser discutida de forma ampla e cuidadosa em situações em que se envolve a segurança de uma sociedade. Embora as pessoas vivam num mesmo grupo social, elas devem ter a prerrogativa de decidir seu destino (RAND, 1991; XAVIER, 2019).



O direito de ir e vir, tão limitado na idade média e tão amplo na idade moderna passou a ser repensado nos dias de contágio pandêmico. Portanto, o distanciamento social foi uma resolução necessária para diminuir o contato entre as pessoas e conseqüentemente as mortes. Por outro lado, este mesmo direito tão fundamental que era cerceado no passado, agora é mais controlado para salvar a todos. Isto foi um problema que agravou a pandemia, por conta da condição das pessoas se recusarem a usar máscaras e outros meios de proteção à saúde. O individualismo que dá base as ações liberais, pois que a premissa é a 'liberdade do indivíduo', a liberdade mais extrema, acaba por impedir a disseminação de práticas de prevenção e promoção à saúde.

No entanto, o neoliberalismo identifica não o direito de ir ou vir como sendo o principal ponto a ser defendido. Os financiamentos em torno de uma vacina, seja advindo do Estado ou dos grandes laboratórios (a indústria farmacêutica Pfizer, por exemplo) transcende a questão individual, levando a discussão de volta para o seio do coletivo, da sociedade. Há aqui um ponto de divergência ideológica, isto é, contradição: os grandes laboratórios têm a capacidade de manipular a vida das pessoas a partir da saúde individual, lucrando com o poder de decidir quem vive ou morre. Capacidade divinatória que não compete aos seres humanos.

Mészáros (2004) parte do princípio de que antes de mais nada, a ciência não possui uma neutralidade ideológica e que a tão propalada 'pureza científica' é um mito. Na verdade, o autor afirma que a ciência, consolida e mais ainda: corporifica interesses de classes. O saber científico pode impedir, por exemplo através desta concepção, a superação do capitalismo na direção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Este entendimento mais progressista se contrapõe ao formato conservador e/ou neoliberal do olhar que se tem sobre a doença. Numa modalidade neoliberal, a doença será eliminada pelo esforço da ciência (medicina), propício para a geração de lucros com a comercialização de insumos e industrialização de fármacos. A relação saúde-doença é estabelecida num amplo horizonte de possível lucratividade. Saúde é um negócio rentável.

A rentabilidade da indústria farmacêutica e, por conseguinte dos dispositivos de saúde é grande, pois não somente as pessoas precisam serem tratadas ou curadas, mas ingerirem medicamentos para passarem por operações invasivas e



serem reabilitadas. Esta sistemática custa caro, e ao menos no Brasil, os cidadãos através do Estado é quem pagam com seus impostos o Sistema Único de Saúde (PAIM, 2009). Aliás, em conformidade com Codeço (2020) e, Sousa, Briones e Macambira (2020), sem o SUS, a saúde da população brasileira perante SARS-CoV-2 seria aniquilada.

O debate surgido sobre o que deveria ser priorizado: a vida humana ou a economia, mostra a potência do discurso ideológico neoliberal, ao buscar soluções econômicas em um momento de deterioração das finanças públicas e privadas. Neste estreito período de tempo em que muitas pessoas morreram, algumas poucas ficaram muito mais ricas, quase 2 trilhões de dólares à mais (PETERSON-WITHORN, 2020), por conta da alta especulação no mercado financeiro internacional. Por outro lado, pelo ângulo neoliberal, Barbieri (2013, p.182-183) entende que a estatização das relações financeiras onera sobremaneira a sociedade, solapando a liberdade das pessoas:

Poucos percebem, no entanto, que o argumento da saúde pública mostra a incompatibilidade entre liberdade individual e estatização da economia: com um sistema público de saúde, a decisão individual de fumar (por exemplo) afeta a todos, na medida em que aumenta os custos do sistema, financiados por impostos – exemplo de estatização gerando um gigante problema de externalidade.

Na ótica do autor, uma decisão estatal intervém sobremaneira no conjunto de indivíduos e suas condutas, afetando, portanto, suas liberdades não somente enquanto ente financeiro (pois que os cidadãos devem pagar impostos para sustentar um sistema de saúde público) mas também enquanto pessoas de direito. Sendo assim, os indivíduos têm limitados seu poder de tomada de decisão pois o Estado toma para si tal competência, sendo isso o que se chama de problema de externalidade.

Mas, e no caso da propagação do SARS-CoV-2? Como a ideologia neoliberal pode responder de forma efetiva a tal ponto de defender realmente a saúde das populações ao redor do planeta? Se o Estado atrapalha, incomoda e é incompetente para arcar com a responsabilidade de salvar vidas, qual seria a alternativa?

Quando von Mises (2015) traça um perfil generalizado das pessoas que não se adequam ao modelo capitalista, à sua ampla capacidade de influenciar as pessoas ao consumismo, à valorização da monetização, ao apreço pela iniciativa privada



entre tantos outros pontos, ele também está indicando a potência à ação, a capacidade das pessoas em superarem os obstáculos de quaisquer ordem a fim de sobreviverem.

Neste caso, a epidemia não é tão mortífera quanto a paralisia das ações, não é pior que a incapacidade em decidir o que cabe de melhor a cada um. A intervenção estatal paralisa a capacidade de ação dos cidadãos na mesma medida que a doença. A economia do intervencionismo faz as pessoas esperarem pelo Estado ao invés delas mesmas buscarem a resolução do problema (von MISES, 2010b).

O intervencionismo econômico estatal não é um antídoto, é apenas um placebo para o mal, no entanto, o que os autores (BARBIERI, 2013; von MISES, 2010ab, 2016) estão escrevendo não é sobre a eliminação total do Estado, e sua incapacitação, ou sua nulidade, pois neste sentido, se daria fim à sociedade humana, sem um órgão minimamente representativo dos cidadãos. O que se entende é que este conjunto de cidadãos instados à salvar a sua sociedade pode de forma limitada usar do poder instituído e investido no Estado para que este use de mecanismos de salvação da vida alheia.

O Estado, portanto, faz a sua parte de auxiliar a sociedade somente quando em último caso, não há mais instâncias da iniciativa privada que possam dirimir o problema. Muito da discussão ideológica polarizada que ocorreu, se deveu à questão dos medicamentos e sua eficiência. No caso das vacinas, houve, portanto, uma junção entre os setores públicos e privados para o desenvolvimento de tecnologia a fim de em curto prazo de tempo, chegar-se a um produto que pudesse ser usado pela população e também a articulação da logística.

A primeira vacina contra o SARS-CoV-2 foi produzida por um laboratório estatal na Rússia (Centro Nacional de Pesquisa em Epidemiologia e Microbiologia Gamaleya), ainda em 2020: a Sputnik V (BURKI, 2020). Depois se seguiram muitas outras incluindo uma vacina produzida pela Universidade de Oxford (pública) em conjunto com uma empresa farmacêutica privada de alcance internacional (AstraZeneca) (KNOLL; WONODI, 2020). A fusão de interesses pode no fim, trazer benefícios tanto à população como também às empresas do ramo privado e ao Estado, e a maneira de como o SUS está estruturado permite o acolhimento da esmagadora maioria da população brasileira (PAIM, 2009).



Por fim, parece que o combate ideológico permanente sobre a doença que pode ser descrita como o mal do século XXI se perfaz estéril, pois não leva à nenhum lugar, penaliza os cidadãos de maneira geral e mais especificamente aqueles com menores recursos financeiros e que são ingênuos. Parece mais uma dança da morte que deixa a humanidade num beco sem saída, decisão tomada em conjunto. Isto tanto mostra como o jogo ideológico pode efetivamente ser perigoso por conta da mobilização emocional e esquecimento do foco de um problema letal.



## CAPÍTULO VIII

### IDEOLOGIAS EDUCACIONAIS E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Uma das maneiras de se moldar a sociedade é produzindo uma sistematização do ensino. Quando se adota uma ideologia subjacente ao currículo instituído, se pode direcionar o conhecimento como um guia cognitivo a um tipo específico de sociedade desejada. Uma demonstração disto é Huxley (2014, p.5) que escreve sobre o panorama geral da educação na Europa continental no início do século XVII, após os conflitos religiosos que castigaram vários países:

As escolas eram criadas com o objetivo de fortalecer a Igreja Romana contra seus inimigos: os livres-pensadores e os protestantes. A esperança dos piedosos padres era criar, através de seus ensinamentos, uma classe de leigos inteiramente devotada aos interesses da Igreja.

Quando Platão escreveu 'A República' (2014), não foi por menos que dedicou boa parte do livro para a educação. Contemplou uma sociedade que justamente por ter um sistema de ensino extremamente bem organizado é que poderia ser um indicativo de coletividade coesa e proba.

Sendo assim, se percebe que pelo sistema educacional podem ocorrer transformações sociais dependendo daquilo que se projete e, por conseguinte do investimento que se faça. Portanto, a perseverança no ato de planejar e pôr em prática estratégias ideológicas encobertas pelo processo de ensino-aprendizagem não é um privilégio dos cidadãos do início do século XXI. Utilizar educação com fundamento ideológico precede aos embates do complexo ideológico conservadorismo-liberalismo-neoliberalismo em relação ao progressismo, como se vê desde a revolução social na França.

Em diversos livros, Freire (2005, 2011) analisa a educação como um caminho para a transformação social, sendo que isto deve ser alcançado por um processo libertador, onde o docente e a escola são facilitadores atuantes na consolidação de uma consciência crítica em relação à sua situação no mundo.

De uma condição de ser oprimido pelas forças antidemocráticas e pelo poder financeiro, os docentes numa relação humana com seus estudantes dentro de



ambientes educacionais favoráveis, permitem através de ações culturais a constituição de uma concepção de vida e de mundo que promove aos educandos lutarem por seus direitos e reconhecerem seus deveres de cidadãos para a reformulação social que permita um convívio mais justo entre as pessoas. A educação tradicional e de cunho conservador em geral dominou as formas de ensino-aprendizagem ao longo dos tempos. Este modelo esteve na maior parte das vezes relacionadas ao ensino religioso e baseado na memorização e repetição.

Com o desenvolvimento da filosofia e das ciências, as diversas nações principalmente entre os séculos XVIII e XX organizaram seus respectivos sistemas de educação, tendo o Estado como o seu principal patrocinador. Inicialmente, ao menos no mundo ocidental, os Estados Nacionais dividiam com a Igreja a responsabilidade sobre a educação. Com o passar do tempo, ele estendeu seu interesse sobre este nicho a fim de criar seus próprios agentes, responsáveis pela gestão da sociedade (ARENDR, 2012). Estas pessoas, portanto, tinham uma formação cada vez mais esmerada.

De uma educação conservadora e religiosa, estes sistemas, ao menos no ocidente, passaram a refletir cada vez mais a necessidade de não manter as tradições culturais como o foco principal, mas de criar inovações no ramo científico-tecnológico a fim de desenvolver a sociedade em direção a uma autonomia dos indivíduos e também da solidificação do mercado livre. A viragem se dá com a valorização cada vez maior de uma educação técnica e de curto tempo de formação em detrimento de uma educação mais longa e erudita.

Depois da Idade Média, período em que o ensino religioso foi fundamental para alicerçar as bases de uma sociedade voltada para a mercantilização, o interesse pelas artes foi a culminância de uma abertura gradual a um ensino laico (REALE, ANTISERI, 2005). A laicidade da educação foi inicialmente um ato privado, somente dos que tinham condições financeiras para o pagamento de docentes particulares. Posteriormente se expandiu com o interesse estatal em educar sua própria sociedade. A iniciativa privada, portanto, dá o pontapé inicial para a expansão da educação pública.

Na tentativa de liberalizar a educação dando mais autonomia ao corpo docente, as relações de poder acabam por se redefinir: até então, os docentes detinham o poder quase que inquestionável, a partir daí os pais dos estudantes e



estes acabam por usufruir de uma força até então jamais vista no âmbito educacional.

Este influxo se dá não somente naquilo que diz respeito ao que deve ser ensinado, matérias e disciplinas que realmente serão relevantes na esfera educacional, profissional e cidadã dos alunos, mas também que tipo de técnicas educacionais e que postura se espera dos educadores (PATTO, 2010).

Desta forma, o liberalismo suplantou o conservadorismo na educação por propor uma autonomia na compreensão dos fenômenos mundanos que o conservadorismo não permitia por conta de sua estreita relação com a religiosidade e concepção naturalista e espiritualista da existência do mundo e do ser humano. Por conseguinte, afirma Patto (2010, p.20) que: “Os sistemas de ensino também cresceram e mudaram rapidamente do que em qualquer outra época. Todos eles, porém têm-se adaptado muito vagarosamente ao ritmo mais veloz dos acontecimentos que os rodeiam”. Eis o retrato falado do período final do século XX e inicial do século XXI.

Com uma população ligeiramente de maioria jovem, e como as pessoas nesta faixa etária tem um pendor elevado em relação ao entretenimento e ao consumo, dois pilares da sociedade neoliberal, parece óbvio que este formato educacional atende aos anseios burgueses. Levando em conta que a classe social burguesa no Brasil vem realizando e solidificando sua revolução desde os anos 1930 em conformidade com Bresser-Pereira (2014), a educação continua a ser um caminho de transformação social e contenção contra qualquer planejamento que se coloque contra um plano de poder constituído por outro grupo social.

Portanto, Paim (2004, p. 160) alude que uma educação liberal pode no final das contas dar sua contribuição para a sociedade não só por causa da instrução, mas sim, pelo sentido do sentido social que ela pode possuir. Se desde a mais tenra idade a criança consegue entender que ela é parte de um elo que está unido a outro e assim por diante fazendo parte da sociedade, sua existência será funcional e útil para seus pares:

Do ponto de vista liberal, a educação para a cidadania reveste-se da máxima prioridade. Assim, aqueles que comungam dessa visão não podem renunciar a semelhante propósito. Tendo em vista, ao mesmo tempo, os compromissos do sistema existente, o que se impõe é a elaboração de uma estratégia que possa nos conduzir, progressivamente, à plena configuração do ensino fundamental como ciclo terminal.



Na medida em que a educação passa a ser um produto de compra e venda, isto é, que se mercantiliza, ela deixa a sua faceta liberal e passa a ser permeada pela ideologia neoliberal (PEREIRA, 2014). A diferença básica é que na outra modalidade ideológica, a liberdade do indivíduo, sua autonomização, deve ser levada em conta, mas não significa que isto seja uma comercialização. O desenvolvimento de técnicas educacionais que permitam aos estudantes pensarem por si mesmos e serem protagonistas de sua própria formação deve ser visto como uma vitória dentro do intrincado jogo do processo ensino-aprendizagem e na relação milenar entre docentes e estudantes.

Aliás, esta interação entre ambas as partes permite um movimento de circularidade onde o professor é visto como um ente maduro e que tem experiência científica, mas que não se deve colocar em um nível de 'suposto saber' a fim de que o processo educacional flua, com as contribuições das vivências dos próprios estudantes (FREIRE, 2011). Desta forma, tem-se que o docente está sempre em formação se alimentando dos saberes didáticos e de vida do alunado, enquanto para com este não é diferente: aprende para a vida e na rotina acadêmico-escolar.

No entanto, pela ideologia neoliberal, embora não haja a negação desta circularidade e aproximação entre os corpos docente e discente, entender que a educação é um produto comercial é fundamental. A gestão de uma escola é como a gestão de uma empresa, sendo os docentes os funcionários e os estudantes: os clientes (FREIRE, 2004). Desta forma, há uma substancial modificação na forma de se encarar o processo ensino-aprendizagem. Se destaca, o surgimento da tríade: ensino-monetização-aprendizagem (*Progressus societatis progressum educationem*).

Estas mudanças sociais muitas vezes são pautadas pelos avanços tecnológicos que fazem a educação mais tradicional um *corpus* difícil de ser digerido por estudantes, que por sua vez, anseiam por ambientes mais acolhedores e técnicas didáticas mais simples baseadas em jogos ('gamificação') (FAVA, 2018).

A gamificação também pode ser uma forma de domesticação do alunado, já que visa não a formação de massa crítica, mas sim se trata da inserção da inteligência artificial na maneira de entretenimento educacional, uma das facetas do neoliberalismo nesta área. O importante não é educar as pessoas no sentido de deixá-las com discernimento em relação ao mundo que as cerca, mas sim de fazê-las submissas ao sistema que as abarca (PEREIRA, 2014).



Pode-se dizer que esta é uma primeira falha no modelo educacional pensado através desta ideologia por que no fundo está construindo uma instrução técnica superando a educação erudita que por sua vez permitia ao indivíduo partir de uma perspectiva de mundo mais ampla. Assim Sternberg (2000, p. 417) explica o desenvolvimento educacional sofisticado no sentido de que: “Grande parte das primeiras pesquisas sobre o processamento da informação concentrou-se em trabalhos baseados em simulações computadorizadas da inteligência humana – de outra forma, conhecidas como inteligência artificial (IA)”.

Uma vez superando o instrutor humano, isto é, o docente, parece ser simples compreender que a inteligência artificial se enraizará em qualquer ambiente sendo passível de substituir o ser humano em qualquer tipo de serviço para os anos vindouros. Suprir as necessidades dos cidadãos e posteriormente modificar o mundo à sua imagem, assim como os seres humanos fazem desde que passaram a dominar o meio ambiente em que vivem.

A troca do docente pela inteligência artificial em outras palavras é admitir que esta pode assumir qualquer função que os humanos possuam em sua própria sociedade, já que o professorado é quem constrói conhecimento com os estudantes que por sua vez irão praticá-lo e desenvolvê-lo. Fatalmente, portanto, a educação deixará de ser algo funcional, um objetivo para as pessoas, e por conseguinte, será o fim das profissões e empregos ou trabalhos.

Por conta disto, Sternberg (2000, p.418) analisa que: “Às vezes, a meta de um modelo de computador não é igualar o desempenho humano, mas ultrapassá-lo. Neste caso, o objetivo do programa é a inteligência artificial máxima, em vez da simulação da inteligência humana”. Embora não se possa deduzir quais os próximos passos da humanidade, de forma precisa, são compreensíveis as inseguranças ao se vislumbrar as décadas seguintes onde a necessidade de acumular conhecimento para alcançar a ascensão social não seja mais requerida.

Com diversas plataformas acessíveis na internet e com inúmeras impossibilidades que levam à um destino em comum: a precarização do trabalho e da existência social, esta profusão de espaços virtuais pode ser uma brecha de sobrevivência que a ideologia do neoliberalismo ainda não conseguiu controlar.

Processos ideológicos em geral, além de se apresentarem como uma verdade monolítica, ou como um discurso fechado em si mesmo que evita o questionamento



de terceiros ou ainda como um falseamento da realidade, tendem a capturar as pessoas pela sensação de alívio ou esperança em relação aos tempos futuros, ou mesmo são simplesmente derivadas das condições históricas de existência delas (ARENDRT, 2012; MARX; ENGELS, 2007; MANNHEIM, 1972; MÉSZÁROS, 2004).

Mais do que em qualquer outro nicho, a educação sempre foi um âmbito de desenvolvimento pessoal e capacitação para o aprimoramento profissional. Com a 'revolução das máquinas' nesta área, portanto, não será mais necessário batalhar por um mundo melhor já que a Inteligência Artificial ultrapassará a capacidade criativa do ser humano e poderá assumir suas funções, criando um mundo à sua imagem.

Assim, se Mézszáros (2004) estiver correto e a ideologia for um instrumento de controle e/ou regulação da sociedade proposto por uma determinada classe social, de novo se volta ao início deste capítulo: a educação é um conjunto de saberes científicos sistematizados que serve para moldar a sociedade.

A partir dela, o ser humano adapta o mundo à vontade, podendo dele, fazer o que bem entender. No entanto, as decisões tomadas originadas dos processos ensino-aprendizagem podem construir uma realidade social destituída de bem-estar seja de ordem material, seja psíquica.

O neoliberalismo como promessa de prosperidade pode ser fundamental como impulsionador do sistema econômico mundial, mas devem seus ideólogos cuidar para que a proposta não ultrapasse a tênue linha da simples reprodução intelectual sem permitir o fôlego da *pneuma* e a autonomização da intelectualidade humana.



## CONCLUINDO SOBRE A NOVA DIREITA BRASILEIRA

---

Através das exposições das três ideologias (a saber o conservadorismo, o liberalismo e o neoliberalismo) que se contrapõem ao progressismo (pensamento de esquerda) e que formam este complexo ideológico, se pode aludir inicialmente à valorização do individualismo, supremacia religiosa e majoração das finanças enquanto interesse de vida das pessoas, como os alicerces principais da vida social nos dias de hoje, haja vista esta tríade ideológica estar num processo de hegemonia política e social.

Conservadorismo e liberalismo, portanto, podem ser tidos como um conjunto de pensamentos, discursos e condutas que derivou de uma mesma premissa básica que foi a da melhor compreensão do funcionamento da realidade social humana e pela busca do bem viver face à supremacia da tradição monárquica prevalente na sociedade ocidental ao longo da sua história. Esta reatividade permitiu que os filósofos e pensadores em geral acabassem se dividindo nestas duas grandes estirpes que fundamentaram tais ideologias.

Este grande tronco ideológico que se dividiu, converge mais adiante na história do ocidente e também por conseguinte, na da humanidade como uma barreira que se opõe ao radicalismo advindo do processo revolucionário francês que terá como alguns de seus produtos: o socialismo, o comunismo e o anarquismo, todos bem fundamentados de diversas experiências acadêmicas e revolucionárias anteriores aos séculos XVIII e XIX.

Com o passar das décadas e com a supremacia tecnológica do setor privado, as consequências das revoluções sociais aparentemente não atingiram as necessidades das massas populacionais, ocasionando cada vez mais um questionamento acerca do papel do Estado na vida das pessoas. De certa maneira, isso levou os cidadãos a buscarem conforto no consumismo extremo e, por conseguinte em complexos de ideias, sejam valores, crenças ou mesmo ideologias que sustentassem esta mudança. Nasceu então, o neoliberalismo.

Desta forma, o capitalismo se consagrou como a própria bolha de realidade em si, formado e preenchido pelo desejo desenfreado de consumir e de ostentar uma riqueza que muitas vezes não corresponde aos fatos, sendo sustentado pela



ideologia neoliberal. As religiões, como as de linhagem abraâmica se amparam por meio do controle social.

No entanto, no que tange à dimensão ideológica, mais ao conservadorismo e menos aos ideais progressistas, diversas denominações fazem pressão para contenção das massas em não engrossar as fileiras de progresso cívico. Religiões no geral, induzem as pessoas a uma postura mais conservadora, impedindo-as de serem mais abertas a aceitar outras concepções que não se baseiem em livros sagrados, por exemplo.

As crenças religiosas, destarte muitas vezes estarem em descompasso com a realidade social das pessoas, por conta de sua peculiaridade em serem tangenciadas ao aspecto mágico e à dimensão da natureza subjetiva humana, fazem com que as pessoas em busca da solução de seus problemas adiram forçosamente a estas mesmas religiões que lhes tolgem um posicionamento menos limitados em relação por exemplo a temas caros às ideias progressistas como: a aceitação da homoafetividade, proteção ambiental e distribuição de renda mais justa. No entanto, é importante lembrar que mais forte que tal crítica, é a compreensão de que a experiência religiosa faz parte da existência humana, e sem ela, os seres humanos estariam terrivelmente condenados ao caos.

Estas temáticas são delicadas e fonte de divergências entre os ideólogos das mais diversas correntes, inclusive dentro dos respectivos movimentos analisados aqui. A falta de consenso faz com que as pessoas se vejam em volta de uma interminável guerra ideológica que elas nem sabem o quanto afeta suas vidas.

É neste momento que os ideias se concretizam na vida cotidiana das pessoas e isto muitas vezes pode ser letal para elas. As contradições das ideologias que são evidenciadas nas rotinas dos cidadãos, ou mesmo quando uma ideia é apresentada como uma verdade absoluta são condições que muitas vezes fazem as pessoas atentarem contra a vida alheia, aos bens públicos e contra si mesmas. Tamanha irracionalidade faz com que as ideologias se tornem perigosas, principalmente para as pessoas que sejam simplesmente ingênuas, por questões de traços de personalidade ou por causa de sua condição social.

No entanto não se deve pensar que as ideologias sejam apenas uma consequência negativa da vida social. Elas são fundamentais enquanto orientadoras de condutas e formalizam o posicionamento das pessoas perante a política e em



relação aos demais membros de seu grupo social. Sem elas, seria difícil entender as crenças dos componentes de uma sociedade, em verdade, seria impraticável entender um *corpus* social.

O entendimento ou interpretação da sociedade, portanto, deve ser exercitado a partir dos elementos reais dela. Como um exemplo contundente disto, há a internet onde estes grupos ideológicos se debatem em busca de uma tão sonhada supremacia. O espaço virtual é fundamental nos dias de hoje para o surgimento e consolidação daquilo que se pode chamar de a 'nova direita brasileira'. Este grupo pouco homogêneo é um aglomerado de diversas entidades e pessoas insatisfeitas com as políticas públicas e sociais, além da corrupção e pífio crescimento econômico advindos do período em que partidos ditos de esquerda governaram o Brasil.

Entre eles se pode notar conservadores cristãos, liberais e neoliberais engajados no resgate destas ideologias, progressistas contrários aos governos do Partido dos Trabalhadores e fascistas com ambições de poder.

Ao se traçar um perfil destas pessoas, o conservador é o indivíduo que teme que mudanças (tidas como mudanças sociais radicais) saiam do controle originando a desordem social. Por outro lado, os liberais entendem que a individualidade é a base da boa coexistência e as pessoas tem que não somente mudar a sua realidade como o mundo mesmo, de maneira permanente. E, por fim, os neoliberais objetivam um mundo em constante transformação para gerar a diversidade de negociações no livre mercado, fonte única da sobrevivência humana por conta das finanças e desenvolvimento tecnológico que sustentarão a humanidade no futuro.

Em outras palavras, especulando a partir da psicologia social crítica, o conservador realiza aquilo que tem de ser feito, independentemente de seu desejo pois ele é compromissado com os laços sociais, com as normas estabelecidas no seu grupo social. Por outro ângulo, o liberal segue o seu desejo, perseguindo metas e objetivos que tragam satisfação a si em primeiro plano e, por conseguinte aos demais de suas relações. Por fim, o neoliberal está comprometido com a sua sobrevivência e leva em consideração que tal condição somente pode ocorrer se aparentemente perseguir recursos que o permitam ter uma existência segura.

Inclusive no que diz respeito à pandemia do Covid-19, é importante um adendo: o conservadorismo enquanto ideologia fez um papel de contenção de busca por medidas de proteção sanitárias, onde as pessoas, por seu forte vínculo religioso



e desconfiança das ações dos Estados, se recusaram a se proteger ampliando o contágio. O liberalismo por sua vertente individualista estimulou uma grande argumentação contra o uso das vacinas por causa da decisão ser algo íntimo das pessoas, por isso, muitos militantes se desobrigaram. O neoliberalismo, neste período pandêmico, daria base para que grandes empresários ‘furassem a fila pela vacina’, por causa de seus recursos financeiros, e tivessem acesso a ela e demais medidas protetivas sofisticadas, caso assim tivesse ocorrido.

Todos estes fatos apresentados acima, em termos ideológicos não estão errados, pois são embasados em discursos filosóficos que são válidos. No entanto, no campo da realidade social, da *realpolitik*, as condutas sociais das pessoas redundaram em situações que variaram do constrangimento à violência, passando por roubos de cargas de vacina e descontrole emocional. Embora se deva respeitar tais tradições filosófico-políticas, há de se analisar na prática, as suas consequências comportamentais, ainda que para isso se tenha que realizar uma forçosa tentativa de compreensão à nível macrossocial.

Ao retornar à análise do perfil das pessoas que se inserem nestes modelos ideológicos, sempre é necessário entender todo o contexto de suas experiências de vida e que constituem a forma deles compreenderem o mundo em que vivem. Daí a análise ser de cunho preponderantemente macrossocial.

Pessoas conservadoras não são todas elas religiosas ou aderem à um movimento fascista. O conservador hesita em anuir às transformações sociais que não possuam uma base na tradição de sua cultura, é justamente isto que os fazem ser ‘conservadores’. Uma das fontes mais preciosas de uma cultura, geralmente remetem à ritualística religiosa, ali se conhece o mundo em que se vive. É na religião que se tem as respostas certas para tudo, ou quase tudo, a verdade, e a certeza de a existência humana ser da forma que se é.

Por isso, a esperança da descoberta dos problemas humanos, ontológicos, está lá. A religião (cristianismo, islamismo, hinduísmo e tantas outras), portanto, é um alicerce poderoso para a ideologia conservadora pois elas contêm a narrativa da origem das sociedades e podem servir como um ‘manual’ para uma vida correta.

No mais, a ciência muitas vezes parece que surge para atrapalhar este relato. O saber humano ao contrário do rito religioso, é algo que muda na medida em que se usa a ciência para descobrir as respostas aos fenômenos do cotidiano. Ao sabor



dos dias, o conhecimento humano sobre qualquer coisa, pode mudar, variar. Isto é contrário ao conservadorismo. Aqui é passível de compreensão que é a mudança a pauta principal para uma boa existência, para a sobrevivência do gênero humano, e as limitadas investidas do saber científico não são negadas e sim aceitas como uma orientação para uma vida melhor.

Por outro lado, este posicionamento laicizado permite uma concepção mais crítica da própria existência humana. Tal ponto de inflexão em relação ao conservadorismo permite que o liberalismo, ao se sustentar nos preceitos científicos, desloque as religiões para uma condição secundária na rotina das pessoas. Isto também não significa que esta ideologia seja inimiga do sacerdócio, mas como se ampara na ampla capacidade da tomada de decisão individual, não seria possível se submeter ela mesma a um propósito coesivo, como geralmente o são as religiões.

Por sua vez, o neoliberalismo insufla vigor e energia nas concepções liberais com o adendo ao valor no mercado e uma vida humana pautada pelo incessante consumo e estima pelo trabalho, desenvolvimento tecnológico e sofisticação das relações sociais, baseadas principalmente na instituição de uma sistemática de livre mercado que abarque definitivamente a humanidade. Conservadorismo e liberalismo abriram caminho para o neoliberalismo dado o enfraquecimento das ideias progressistas.

Finalizando com as últimas palavras, em termos de psicologia, parece ser factível que tal ciência tem arcabouço teórico o suficiente para tentar lançar luz sobre as relações ideológicas estabelecidas na sociedade humana, isto é, em qualquer sociedade. Assim como a filosofia, a antropologia e a sociologia, a psicologia deve também confiar a si um papel de debatedora sobre a constituição da realidade social e dos processos político-ideológicos. Estudos mais robustos em psicologia social, por exemplo, devem ser um propósito para os pesquisadores na área: -Impactos da política e das ideologias na psicologia enquanto ciência e profissão é um tema caro que deve ser desenvolvido, principalmente desde que no mundo todo ocorre uma polarização política não vista desde o fim da guerra fria.

Aliás, este tempo de polarização, nada mais é do que o desenrolar do fim deste período de oposição entre dois blocos ideológicos. Em verdade, esta oposição apenas diminuiu de intensidade por um breve momento para aumentar novamente



nos últimos quinze ou vinte anos. As próximas jogadas neste tabuleiro de xadrez enigmático que é a política deixam uma sensação de insegurança que não se evanescerá tão cedo.

Por isso, se deve apostar também na psicologia política para que futuramente se tente aprimorar o debate de forma imparcial e esclarecedora pois dentro das mais diversas correntes ideológicas, haverá autores e seguidores de diferentes matizes desde os mais radicais até aqueles mais serenos e brandos e esta diversidade é valiosa e deve ser protegida a fim de que as pessoas possam melhor se relacionar e se conhecerem diminuindo com isso as hostilidades que se tornaram tão comuns.

## REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- ARISTÓTELES. **A política** (N. S. Chaves, Trad.). Bauru: Edipro, 2009.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Unb, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: EdUnesp, 1995.
- BRASIL. **Educa IBGE**. Acesso em 13 de mai. 2020: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>
- BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **A Construção Política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2014.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Campinas: Vide, 2017.
- BURKI, Talha K. The russian vaccine for COVID-19. **The Lancet Respiratory Medicine**, 8(11): E85-E86, 2020.
- CALADO, Alder J. F. **O novo no velho e o velho no novo. Interfaces libertárias do segundo milênio inspirando caminhos e buscas para o próximo...** In: MIELE, Neide; de LEÓN, Adriano (orgs.) O velho e o novo em mil anos. João Pessoa: Manufatura, 2000 (pp.43-60).
- CAMINO, Leôncio (org.). **Conhecimento do outro e a construção da realidade social**: Uma análise da percepção e da cognição social. João Pessoa: EdUFPB, 1996.
- CARMO FILHO, Manoel A. **A mentira sobre a verdade, a verdade sobre a mentira**: A incredulidade da teologia liberal e o misticismo do neopentecostalismo à luz da suficiência da escritura sagrada. João Pessoa: Betel Brasileiro, 2011.
- CARVALHO, Alexandre. **Os sete pecados**. A inveja. São Paulo: LeYa, 2015.
- CODEÇO, Cláudia et. al. **Estimativa de risco de espalhamento da Covid-19 no Brasil e avaliação da vulnerabilidade socioeconômica nas microrregiões brasileiras**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.
- COELHO JUNIOR, Leconte L. **Propedêutica à psicologia do brasileiro**. João Pessoa: Ideia, 2017.



- COELHO JUNIOR, Leconte L. **Uso potencial de drogas em estudantes do ensino médio**: Suas correlações com as prioridades axiológicas. Dissertação de mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, 2001.
- COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução iraniana**. São Paulo: EdUnesp, 2008.
- CRISP, Richard J.; TURNER, Rhiannon N. **Psicologia social essencial**. São Paulo: Roca, 2013.
- CURY, Carlos R. J. **Por uma concepção do Estado laico**. In: D'AVILA-LEVY, Claudia M.; CUNHA, Luiz A. (orgs.). *Embates em Torno do Estado Laico*. São Paulo: SBPC, 2018 (pp. 41-52).
- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.
- DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em psicologia social**. Dos processos Identitários às representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: EdUfal, 2012.
- ECO, Umberto. **Fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ESTRAMIANA, José L. A.; PEREIRA, Cícero R.; MONTER, Miryam R.; ZLOBINA, Anna. **Valores sociais**. In: CAMINO, Leôncio; TORRES, Ana R. R.; LIMA, Marcus E. O.; PEREIRA, Marcos E. (orgs.). **Psicologia social**. Temas e teorias. Brasília: Technopolitik, 2013. (pp. 311-355).
- FAUS, Francisco. **A inveja**. São Paulo: Quadrante, 1996.
- FAUSTINO, André. **Fake News: A Liberdade de Expressão nas Redes Sociais na Sociedade da Informação**. São Paulo: Lura, 2020.
- FAVA, Ruy. **Trabalho, educação e inteligência artificial**. A era do indivíduo versátil. Porto Alegre: Penso, 2018.
- FAYE, Jean Pierre. **Introdução às linguagens totalitárias**. Teoria e transformação do relato. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- FIGUEIRA, João; SANTOS, Silvio. **As fake news, a nova ordem (des)informativa**. Coimbra: University Press; 2019.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.



- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- FRIAS, Eduardo Ribeiro; RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. **A professora destruiu minha pulseira de Orixá e todo mundo riu**. O psicólogo escolar diante da discriminação religiosa. Seminário Psicologia, Religião e Direitos Humanos (13.06.2015), São Paulo, CRP SP, 2015. (pp.209-215).
- GRAÇA ARANHA, José P. **O pessimismo brasileiro**. In: MENEZES, Djacir (org.). O Brasil no pensamento do brasileiro. Brasília: Senado Federal, 1998. (pp. 467-474).
- GOUVEIA, Valdiney V.; CLEMENTE, Miguel. **La Medida del Individualismo y del Colectivismo: La Investigación en el Campo de la Psicología Cultural**. 1. ed. La Coruña, Espanha: Editorial Universidad de La Coruña, 1998.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- HOBBS, Thomas. **De cive**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- HUXLEY, Aldous. **Os demônios de Loudon**. São Paulo: Globo, 2014.
- KARNAL, Leandro. **Todos contra todos**. O ódio nosso de cada dia. São Paulo: Leya, 2017.
- KINSELLA, Stephan. **Contra a propriedade intelectual**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- KIRK, Russel. **A política da prudência**. São Paulo: É Realizações, 2013.
- KNOLL, Maria D.; WONODI, Chizoba. Oxford-AstraZeneca Covid-19 vaccine efficacy. **The Lancet**, 397(10269), 32623-32624, 2020.
- KRÜGER, Helmuth. **Ideologias, sistemas de crenças e atitudes**. In: CAMINO, Leôncio; TORRES, Ana R. R.; LIMA, Marcus E. O.; PEREIRA, Marcos E. (orgs.). Psicologia social. Temas e teorias. Brasília: Technopolitik, 2013. (pp. 263-308).
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- LEFEVRE, Georges. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- LÊNIN, Vladimir. **O estado e a revolução**. São Paulo: Boi Tempo, 2017.
- LINDBERG, Carter. **História da reforma**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017.
- LUTERO, Martinho. **Uma coletânea de escritos**. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- LOCKE, John. **Carta sobre a tolerância**. São Paulo: Hedra, 2012.



- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital**. São Paulo: Boi Tempo, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boi Tempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boi Tempo, 2007.
- MASLOW, Abraham. **Motivation and personality**. New York: Harper & Borthers, 1970.
- MEIRA PENNA, José O. **O dinossauro**. Uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas. São Paulo: T. Queiroz, 1988.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria de transição. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e forma de consciência**. A determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo: 2004.
- MOREIRA LEITE, Dante. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: EdUnesp, 2017.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Record, 2016.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**. São Paulo: Escala, 2008.
- PAIM, Jairnilson. **O que é o SUS?** Rio de Janeiro, 2009.
- PAIM, Antônio. **O liberalismo contemporâneo**. Campinas: Ecclesiae, 2004.
- PATTO, Maria Helena S. **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- PEREIRA, Valmir. **As reformas educacionais da década de 1990 e suas vinculações com o capitalismo contemporâneo**. In.: MOTA, Leonardo A. (org.) *Capitalismo contemporâneo: Olhares multidisciplinares*. Campina Grande: EdUepb, 2014. (pp. 281-318).
- PETERSON-WITHORN, Chase. **Bilionários do mundo ficam US\$ 1,9 trilhão mais ricos em 2020**. <https://forbes.com.br/forbes-money/2020/12/bilionarios-do-mundo-ficam-us-19-trilhao-mais-ricos-em-2020/> Acesso em: 14 jan. 2021.
- PETRUCCIANI, Stefano. **Modelos de filosofia política**. São Paulo: Paulus, 2014.



- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Edipro, 2014.
- POGGI, Tatiana. **Faces do extremo**. Uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América 1970-2010, 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- PONDÉ, Luis Felipe. **A era do ressentimento**. Uma agenda para o contemporâneo. São Paulo: Leya, 2014.
- RAND, Ayn. **A virtude do egoísmo**. Porto Alegre: Ortiz, 1991.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: de Spinoza a Kant**. São Paulo: Paulus, 2005.
- REGINSTER, Bernard. Ressentimento, poder e valor. **Cad. Nietzsche**, 37(1): 44-70, 2016.
- RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline M. L.; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- RODRIGUES, Samara M.; CANIATO, Angela M. P. Olho-gordo e fura-olhos na sociedade do espetáculo: Reflexões psicopolíticas sobre a inveja. **Ideias**, 7(2): 249-271, 2013.
- ROSSEAU, Jean J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- SANTANDER, Banco. **Perspectivas para a pandemia**. In: 21ª Conferência anual Santander. 20 ago. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=H6bXmTYO6Nw>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **As dores do mundo: O amor - a morte - a arte - a moral - a religião - a política - o homem e a sociedade**. São Paulo: Edipro, 2014.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. São Paulo: Unesp, 2005.
- SCRUTON, Roger. **Conservadorismo**. Um convite à grande tradição. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- SCRUTON, Roger. **Pensadores da nova esquerda**. São Paulo: É Realizações, 2014.
- SILVA, José E.; SILVA, Marcos V. Viana. **A propriedade intelectual como uma evolução histórica do instituto da propriedade imaterial**. In: Carla Eugenia de Barros, Luiz Otavio Pimentel e João Marcelo de Lima Assafim (Org.). Propriedade intelectual, transferência de tecnologia e inovação. 23ed., Brasília: CONPEDI, 2015, v. 1, p. 99-118.



- SOUSA, Fernando J. P.; BRIONES, Fernando M. A.; MACAMBIRA, Junior. **Saúde pública e sua importância na luta contra a pobreza e a exclusão**. In: CASTRO, Daniel; DAL SENO, Danilo; POCHMANN, Marcio (orgs.). *Capitalismo e a COVID-19. Um debate urgente*. São Paulo: Dos Autores, 2020. (pp. 65-73).
- STERNBERG, Robert J. **Psicologia cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- STRANGBORG, Patricia. **Hobbes acerca de religião**. In: SORELL, T. (Org.). *Hobbes. Aparecida: Ideias et Letras*, 2011.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Leis e costumes. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Sentimentos e opiniões. Volume II. São Paulo: Martins Fontes, 2014b.
- UJVARI, Stefan C. **Pandemias: A humanidade em risco**. São Paulo: Contexto, 2011.
- UJVARI, Stefan C. **A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos**. São Paulo: Contexto, 2008.
- TOMÁS DE AQUINO, São. **As paixões da alma**. São Paulo: Edipro, 2015.
- von MISES, Ludwig. **A mentalidade anticapitalista**. São Paulo: Vide Editorial, 2015.
- von MISES, Ludwig. **Liberalismo segundo a tradição clássica**. São Paulo: Instituto Liberal, 2010a.
- von MISES, Ludwig. **A economia da intervenção**. São Paulo: Instituto Liberal, 2010b.
- von MISES, Ludwig. **As seis lições**. São Paulo: Vide Editorial, 2016.
- XAVIER, Dennys G. **Ayn Rand e os devaneios do coletivismo: Breves lições**. São Paulo: LVM, 2019.
- ZIMBARDO, Philip. **O efeito Lúcifer**. Como pessoas boas se tornam más. Rio de Janeiro: Record, 2015.



## SOBRE O AUTOR



### **Leconte de Lisle Coelho Junior**



Possui graduação em psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (1999) e Mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba (2001). É Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008) com período sanduíche na Universidade do Algarve (Portugal). Trabalhou em escolas, além de ter supervisionado estágio em psicologia escolar e, em promoção e prevenção à saúde, e, psicologia social da saúde. Tem predileção na área de pesquisa em psicologia social, estudando principalmente os seguintes temas: caráter social do brasileiro, ideologias, e, consumo de drogas. É membro efetivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Atualmente é docente supervisor no estágio básico (Uninassau de Campina Grande).

# PSICOLOGIA

## SOBRE O CONSERVADORISMO, O LIBERALISMO E O NEOLIBERALISMO

